

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)

SARA SANTOS GOMES DA SILVA

A POBREZA E A FÉ:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS POBRES COM
ADEPTOS DE DIFERENTES TRADIÇÕES RELIGIOSAS

Poverty And Faith:

*A Study Of Social Representations Of The Poor Among Followers Of Different Religious
Traditions*

São Cristóvão

2025

SARA SANTOS GOMES DA SILVA

**A POBREZA E A FÉ:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS POBRES COM
ADEPTOS DE DIFERENTES TRADIÇÕES RELIGIOSAS**

Poverty And Faith:

*A Study Of Social Representations Of The Poor Among Followers Of Different Religious
Traditions*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicologia Cognitiva e
Social

Orientador: Marcus Eugênio Oliveira Lima

São Cristóvão

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE**

S586p
Silva, Sara Santos Gomes da

A pobreza e a fé: um estudo das representações sociais sobre os pobres com adeptos de diferentes tradições religiosas = Poverty and faith: a study of social representations of the poor among followers of different religious traditions / Sara Santos Gomes da Silva ; orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima. – São Cristóvão, SE, 2025.

105 f.; il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Psicologia. 2. Representações sociais. 3. Pobreza. 4. Religião. 5. Estereótipos (Psicologia social). 6. Psicologia e religião. I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira, orient. II. Título.

CDU 159.9:316.647.8

SARA SANTOS GOMES DA SILVA

**A POBREZA E A FÉ:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS POBRES COM
ADEPTOS DE DIFERENTES TRADIÇÕES RELIGIOSAS**

*Poverty And Faith:
A Study Of Social Representations Of The Poor Among Followers Of Different Religious
Traditions*

Aprovada em: 28/08/2025

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
Universidade Federal de Sergipe
(PPGPSI/UFS)

Orientador/Presidente

Profa. Dra. Joana Dos Santos
Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI/UFS)
Membro Interno

Profa. Dr. Charles Vinícius Bezerra de Menezes
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Aos que me apoiaram incondicionalmente, minha família e meu companheiro, meu mais profundo agradecimento.

Aos meus amigos e colegas de caminhada, agradeço pela força e presença.

Este trabalho foi concluído na fronteira entre a dedicação e o cansaço. Ele é a prova de que o conhecimento não é apenas luz, mas também a sombra que se precisa atravessar para alcançá-la.

RESUMO

“Bem-aventurados vocês, os pobres, pois a vocês pertence o Reino de Deus. Bem-aventurados vocês que agora têm fome, pois serão satisfeitos” (Lucas 6:20-21). Essa passagem bíblica, ao prometer o reino dos céus aos pobres, apresenta uma relação com as representações sociais acerca da condição de pobreza. Crenças religiosas que carregam significados para o sofrimento e uma promessa de recompensa futura, influenciam a forma como a sociedade vê os pobres. Na literatura brasileira e internacional, há muitos estudos sobre o fenômeno pobreza, suas implicações sociais e na saúde mental dos indivíduos que vivem em situações de extrema vulnerabilidade. Entretanto, no que se refere à percepção e representações sociais (RS) dos pobres, existem poucos estudos que apontam variáveis que interferem na compreensão do fenômeno, tais como a influência da religião das pessoas nas representações sociais da pobreza e a presença de estereótipos negativos associados aos pobres. Esta dissertação teve como objetivo geral: Investigar as representações sociais construídas sobre os pobres por pessoas de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo); e como objetivo específico: Analisar a relação da renda mensal familiar nas representações sociais dos pobres. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa exploratória com 298 participantes brasileiros, com idades entre 18 e 80 anos ($M= 38,26$; $DP=15,99$). A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online hospedado na plataforma *Google Forms*. O instrumento incluiu questões sobre aspectos sociodemográficos, identidade social com enfoque no pertencimento (ou não) a um grupo religioso, e representações sociais sobre a pobreza. Os resultados indicam que a renda influencia a forma como os pobres são representados. Quanto à religião, embora não se observe uma associação direta, cada tradição religiosa apresentou modos próprios de interpretar a pobreza. As representações sociais sobre os pobres, entre pessoas com e sem religião, convergem em consensos sistêmicos centrados em fome e desigualdade, mas ambos os grupos mantêm estereótipos e estigmas que reproduzem desigualdades. Interpretar como se dão as interações entre as representações sociais e a religião permite compreender de que forma as crenças religiosas, por vezes, justificam desigualdades sociais. Além disso, possibilita pensar e desenvolver políticas públicas mais sensíveis e eficazes às necessidades reais da sociedade.

Palavras-chave: Representações Sociais; Pobreza; Religião, Estereótipos.

ABSTRACT

“Blessed are you who are poor, for yours is the Kingdom of God. Blessed are you who hunger now, for you will be satisfied.” (Luke 6:20–21). This biblical passage, by promising the Kingdom of Heaven to the poor, presents a connection with the social representations concerning the condition of poverty. Religious beliefs that attribute meaning to suffering and offer the promise of future reward influence how society views the poor. In both Brazilian and international literature, there are many studies on the phenomenon of poverty, its social implications, and its impact on the mental health of individuals living in extreme vulnerability. However, regarding the perception and social representations (SR) of the poor, few studies identify variables that affect the understanding of this phenomenon, such as the influence of people’s religion on social representations of poverty and the presence of negative stereotypes associated with the poor. This dissertation had the following general objective: to investigate the social representations of the poor constructed by people from different religions in Brazil (Catholicism, Protestantism, Afro-Brazilian religions, and Spiritism); and the specific objective: to analyze the relationship between family monthly income and social representations of the poor. To achieve these objectives, an exploratory quantitative-qualitative study was conducted with 298 Brazilian participants, aged between 18 and 80 years ($M = 38.26$; $SD = 15.99$). Data collection took place through an online questionnaire hosted on the Google Forms platform. The instrument included questions on sociodemographic aspects, social identity with a focus on belonging (or not) to a religious group, and social representations of poverty. The results indicate that income influences how the poor are represented. Regarding religion, although no direct association was observed, each religious tradition presented its own ways of interpreting poverty. Social representations of the poor, among people with and without religion, converge in systemic consensuses centered on hunger and inequality; however, both groups maintain stereotypes and stigmas that reproduce inequalities. Understanding how the interactions between social representations and religion occur allows us to comprehend how religious beliefs can sometimes justify social inequalities. Moreover, it enables the development of public policies that are more sensitive and effective in addressing the real needs of society.

Keywords: Social Representations; Poverty; Religion; Stereotypes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise de Similitude	69
Figura 2 - Análise Prototípica I - Grupo que possui religião	71
Figura 3 - Análise Prototípica II - Grupo que não possui religião	74
Figura 4 - Análise de Correspondência - Mapa 1	81
Figura 5 - Análise de Correspondência - Mapa 2	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Maior Frequência por Religião	52
Tabela 2 - Distribuição de Frequência Total por Religião	52
Tabela 3 - Composição das Categorias	53
Tabela 4 - Análise de Tabulação Cruzada I	55
Tabela 5 - Análise de Tabulação Cruzada II	58
Tabela 6 - Análise de Tabulação Cruzada III	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DP - Desvio Padrão

GSS - General Social Survey

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPM - Índice de Pobreza Multidimensional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RMA - Religiões de Matriz Africana

RS - Representações Sociais

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TP - Teologia da Prosperidade

TRS - Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 Representações Sociais: Perspectivas históricas e conceituais	4
1.1 A Abordagem Estrutural: A Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric	6
1.2 Pobreza	7
1.2.1 Raízes históricas das desigualdades no Brasil	10
1.2.2 Estereótipos dos pobres	12
1.2.3 Estigmas associados à pobreza	14
1.2.4 Preconceitos contra pobres	15
1.3 Estudos sobre Representações sociais da pobreza no Brasil	20
2 Religião e pobreza	26
2.1 Representações Sociais da Pobreza em quatro Tradições Religiosas	27
2.1.1 Catolicismo	27
2.1.2 Espiritismo, Kardecismo, Espiritismo Kardecista	29
2.1.3 Protestantismo	30
2.1.4 Religiões de matriz africana (RMA)	32
2.2 Estudos sobre a relação entre religião e pobreza	34
3 Objetivos	36
3.1 Método	37
3.1.1 Participantes	37
3.1.2 Procedimentos e instrumento	38
3.2 Aspectos éticos	38
4 Resultados	40
Tabela 1	40
Tabela 2	40
Tabela 3	42
Tabela 4	44
Tabela 5	46
Tabela 6	50
Figura 1	51
Figura 2	54
Figura 3	56
Figura 4	58
Figura 5	60
5 Discussão	62
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	81
ANEXO B - PÁGINA DE DIVULGAÇÃO NO INSTAGRAM	91
ANEXO C- REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISAS EM AMBIENTE VIRTUAL	93

INTRODUÇÃO

As representações sociais (RS) estão por toda parte, constituindo-se como construções coletivas sobre objetos da realidade para cada grupo social (Moscovici, 2003). Contudo, nem todas as coisas que nos rodeiam são objetos dessas construções. As representações sociais, ao moldar nossa visão e interpretação do mundo, impactam diretamente atitudes e comportamentos, especialmente em relação a grupos em situação de vulnerabilidade (Jodelet, 2017). Além disso, conforme destaca Moscovici (2008), essas representações refletem as ideias, preconceitos e atividades socioeconômicas dos grupos aos quais os indivíduos pertencem. A pobreza, hoje entendida como fenômeno multidimensional, é um tema investigado há décadas. Para os estudiosos, durante muitos anos, houve várias tentativas de conceituar a pobreza de maneira que abraçasse sua complexidade. Essa perspectiva multidimensional foi proposta pelo economista Amartya Sen (2000). Ela é adotada por instituições internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e considera que a pobreza não se resume à falta de renda, mas envolve também a limitação de acesso a oportunidades para que os indivíduos possam viver de maneira digna.

A concepção multidimensional inclui o acesso a direitos básicos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), como educação, moradia e saúde. A renda monetária então, não é o único quesito importante nessa abordagem, porém não deixa de ser relevante, pois é reconhecido que a falta de recursos financeiros pode ser um impeditivo para o acesso às outras áreas essenciais para o desenvolvimento humano (Sen 2000). No Brasil, foi registrado o menor número de pobreza no ano de 2023 desde 2012, com 27,4% ou 59 milhões de pessoas vivendo com o rendimento domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial (US\$ 6,85 por dia ou R\$ 665 por mês) (IBGE Notícias, 2024, 04/12). Dados do Relatório de Desigualdades da Oxfam Brasil apontam que 63% de toda a riqueza nacional está concentrada nas mãos de 1% da população.

Diante da realidade histórica de desigualdades, o Brasil também se destaca por sua diversidade religiosa. Os resultados do perfil religioso da população residente no país do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em 2022 (IBGE, 2022), apontam que 56,7% dos brasileiros são católicos apostólicos romanos; 26,9% são evangélicos; 1,5% são espíritas; 1% são umbandistas e candomblecistas e 9,3%

não possuem religião. Destacam-se também 4,01% de pessoas que declararam possuir outras religiosidades e 0,06% tradições indígenas. Ainda de acordo com o levantamento, as mulheres representam 55,42% entre os evangélicos; 50,99% entre os católicos e 43,76% entre os sem religião.

Dentro desse contexto, diferentes tradições constroem formas singulares de perceber e representar as pessoas que vivem em situação de pobreza. Enquanto algumas religiões promovem valores como solidariedade e justiça divina, tais narrativas podem naturalizar a pobreza ou atribuí-la à falhas individuais (Beyers, 2014; Mariano, 2019), contribuindo para a manutenção de sistemas de exclusão.

Beyers (2014) aponta que a forma como a religião enxerga a pobreza não é única, nem fixa. As percepções religiosas sobre o fenômeno recebem influência de fatores socioculturais, que podem variar de acordo com o contexto histórico sociocultural em que se situam. Portanto, destaca-se a importância de compreender a interação entre religião e representações sociais da pobreza no Brasil, para identificar narrativas, entender como essas dinâmicas afetam as políticas públicas e as práticas sociais voltadas para as pessoas que vivem em situação de pobreza. No contexto brasileiro, uma investigação se faz necessário dada a crescente influência política de segmentos neopentecostais, que possuem narrativas religiosas, como as da Teologia da Prosperidade (TPR), que impactam diretamente o debate público sobre pobreza e desigualdade.

Considerando os fatores de relevância para o estudo e a lacuna observada de pesquisas que relacionam a dimensão religiosa com as representações sociais da pobreza, este estudo se constrói a partir da problematização: “De que modo pessoas de diferentes religiões representam os pobres?”. Cabe destacar que foi realizada uma busca prévia nos periódicos indexados pela Plataforma CAPES, utilizando diferentes combinações de descritores como “representações sociais”, “pobreza” e “religião”, e constatou-se a inexistência de publicações que abordem essa temática no contexto brasileiro. O presente trabalho se justifica pela necessidade de investigar como se dão as interações entre as representações sociais e a religião, o que permite compreender de que forma as religiões, por vezes, justificam as desigualdades. Além disso, esse entendimento possibilita refletir sobre o desenvolvimento de políticas públicas mais cuidadosas e eficientes, que respondam às necessidades reais da sociedade. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo investigar as representações sociais construídas sobre os pobres por pessoas de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo). Busca-se também investigar a relação da renda mensal familiar nas representações sociais

dos pobres. O primeiro capítulo apresenta a Teoria das Representações Sociais (TRS) como base teórica para analisar as representações sociais dos pobres. A TRS, criada por Moscovici (1961), busca compreender como os grupos sociais constroem conhecimentos e significados sobre o mundo, incluindo fenômenos complexos como a pobreza.

A perspectiva da TRS que estamos utilizando baseia-se no modelo estrutural da Teoria do Núcleo Central das Representações proposta por Abric(1994), conhecido como a Teoria do Núcleo Central. Além disso, o capítulo aborda as representações sociais da pobreza, apresentando perspectivas históricas e conceituais, explorando estereótipos e estigmas associados a esse grupo social e os preconceitos que levam à sua exclusão. Há também um levantamento de estudos empíricos acerca das representações sociais da pobreza no Brasil. No segundo capítulo, aborda-se o papel da religião na formação das representações sociais da pobreza. Aprofundando a discussão sobre a religião e a pobreza e suas representações encontradas na literatura por quatro perspectivas religiosas (catolicismo, protestantismo, religiões de origem africana e espiritismo). Este capítulo também apresenta pesquisas que investigam a relação entre religião e pobreza em diferentes contextos socioculturais.

No terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa, que investiga as RS dos pobres sob a perspectiva de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo). A população-alvo foi composta por brasileiros maiores de 18 anos (18-80 anos), de diferentes religiões ou sem filiação religiosa. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado com questões abertas e fechadas. O instrumento incluiu um questionário online composto por perguntas sociodemográficas – como idade, gênero, renda, escolaridade, religião e cidade/estado – e por questões abertas baseadas em modelos de evocações livres utilizados em estudos precedentes sobre representações sociais (Wachelke, 2012; Camargo & Justo, 2016).

No quarto capítulo, são apresentados os resultados das análises conduzidas. Para os dados quantitativos, foram realizadas análises descritivas – frequências, médias e desvio padrão – e inferenciais – tabulação cruzada e teste qui-quadrado – no *software do Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. Para os dados textuais das evocações livres, empregou-se o software IRAMUTEQ, com análise prototípica e de similitude, complementadas por análise de conteúdo. Na seção, esses resultados são discutidos com o referencial teórico. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo no quinto no quinto capítulo que encerra esta dissertação.

CAPÍTULO 1: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POBREZA E PERSPECTIVAS RELIGIOSAS

1 Representações Sociais: Perspectivas históricas e conceituais

Inicialmente, pode-se pensar a representação social como um fenômeno do senso comum, formado por um conjunto de pensamentos, opiniões e imagens sociais do cotidiano (Moscovici, 2008). Segundo Moscovici (2008), essa junção permite a classificação de acontecimentos vividos ou observados, os objetos e as demais pessoas. De forma geral, as representações sociais permitem a compreensão e interpretação de aspectos e dimensões da(s) realidade(s), à medida que se interage com eles e para agir em relação a eles.

Para compreender a origem da Teoria das Representações Sociais (TRS), podemos pinçar um pensamento filosófico antigo de Platão para explicar a realidade. A Teoria das ideias ou Idealismo Platônico propõe que a realidade possui duas dimensões: uma é o mundo físico, percebido pelos sentidos e carregado de erros e ilusões, e outra é o mundo abstrato das ideias, que carrega sua própria realidade e a essência de tudo que se entende no mundo sensível. Para a Teoria das Representações Sociais, uma representação social também não é uma cópia fiel do que há na realidade. Trata-se de uma construção coletiva onde a junção de pensamentos e imagens do senso comum permite a classificação e a compreensão da realidade que nos cerca (Moscovici, 2003).

A Teoria das Representações Sociais, criada por Serge Moscovici, entra como uma resposta moderna a esse pensamento filosófico, ao focar nos aspectos psicossociais da construção do nosso conhecimento. É também uma expansão do conceito de representações coletivas proposto por Émile Durkheim, mas com uma nova abordagem. Enquanto a teoria durkheimiana é um marco da sociologia, Moscovici reformulou a ideia, baseando-se em propostas da psicologia (Piaget e Vigotski) e da antropologia (Lévy-Bruhl) para ressaltar o caráter dinâmico e psicossociológico do fenômeno.

A TRS nasce em um contexto em que expressavam a insatisfação pelo modelo científico que valorizava excessivamente os saberes científicos em detrimento do senso comum e dos conceitos culturalmente construídos (Rocha, 2014). Na década de 1960, Moscovici publicou a teoria em "*La psychanalyse, son image et son public*" (1961). Mais adiante, em 1976 ele a utilizou na republicação da tese com seu primeiro estudo que tinha como objetivo explicar como é que um conhecimento que vem do campo da ciência é ressignificado por diferentes grupos sociais. Sua tese foi dividida em duas partes: a

representação social da psicanálise, um questionário com a população parisiense e a psicanálise na imprensa francesa, por um estudo documental (Camargo, 2015). A teoria se destacou com a publicação do texto “A era das representações sociais” nos anos 80, no qual Moscovici (1982) declarou o caráter complementar da TRS em relação às abordagens cognitivistas da psicologia social norte-americana.

Para Moscovici (2003), a Teoria das Representações Sociais, portanto, propõe que o entendimento individual é moldado pelo conhecimento do senso comum do grupo ao qual o indivíduo pertence, refletindo suas ideias, preconceitos e experiências. Para que se tornem palpáveis, as representações sociais são construídas por meio de dois processos centrais: A objetivação, que ocorre quando um conceito abstrato é cristalizado em imagens mentais ou em símbolos concretos; e a ancoragem, que se refere ao processo que dá sentido ao objeto, conectando o que é "não-familiar" ao que já existe na estrutura cognitiva do indivíduo.

O processo de objetivação desdobra-se em três etapas. A primeira etapa envolve seleção e descontextualização, que consistem em extrair informações de conhecimentos já estabelecidos, como experiência pessoal, tradições e valores. A segunda etapa diz respeito à formação do núcleo figurativo, representando a elaboração de um modelo mental e o desenvolvimento de conceitos. Por fim, a terceira etapa – chamada de naturalização – ocorre quando os elementos selecionados e organizados nas fases anteriores passam a ser tratados como parte intrínseca da realidade concreta (Sousa & Souza, 2021).

Moscovici (2003) propõe que o entendimento de um indivíduo é determinado pelo conhecimento do grupo ao qual pertence, refletindo suas ideias, preconceitos e atividades socioeconômicas. Uma vez formadas, as representações sociais cumprem funções essenciais na vida dos grupos. Segundo Abric (1994), elas possuem as seguintes funções: Função de saber: Permite compreender e explicar a realidade; Função de Orientação: guiam comportamentos e práticas; Função Identitária: definem a identidade do grupo e protegem suas especificidades; Função Justificatória: permitem justificar decisões e comportamentos.

Diversos conceitos do que é uma representação social surgiram, e a teoria ramificou-se em diferentes abordagens de estudo. Entre as principais, destacam-se a abordagem cultural (Doise, 1985), a societal (Doise, 1985) e a estrutural (Abric, 1994), sendo esta última a adotada neste trabalho. A perspectiva de Abric (1994) com a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais, oferece um modelo analítico que além de investigar o conteúdo de uma representação social, permite visualizar a sua organização

interna e os elementos hierarquizantes que compõem a sua estrutura. É nesta abordagem que nos aprofundaremos a seguir, explorando os conceitos de núcleo central e sistema periférico, fundamentais para o presente estudo e explicitaremos as razões dessa escolha na sua aplicação da investigação proposta.

1.1 A Abordagem Estrutural: A Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric

A Teoria do Núcleo Central foi proposta por Abric (1994) dentro do quadro de pesquisa experimental em 1976, em sua tese de Doctorat d'État, sob a forma de uma hipótese sobre a organização interna das representações sociais. A proposição básica da teoria é que toda representação social é organizada em torno de um núcleo central. Este núcleo é constituído por um ou poucos elementos que conferem à representação sua significação essencial e sua organização interna (Abric, 1994). Ele também é determinado pela natureza do objeto representado, e pela relação que o sujeito ou o grupo estabelece com esse objeto e isto permite a formação de duas dimensões de núcleo: dimensão funcional e dimensão normativa.

Nesse entendimento, Abric (1994) propõe duas funções básicas e essenciais que o núcleo central desempenha, são elas: Função geradora: É o elemento pelo qual se cria ou se transforma a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É através dele que os demais elementos adquirem sentido e valor; e função organizadora: Determina a natureza dos vínculos que unem os elementos da representação entre si, atuando como o elemento unificador e estabilizador da representação. O núcleo central é o elemento de maior estabilidade e reatividade, e por isso, possui mais resistência à mudança. Esta resistência se manifesta através de um processo cognitivo no qual os sujeitos reinterpretem as novas informações que recebem, ajustando-as para manter a coerência com o núcleo preexistente. Em torno deste núcleo central, organiza-se um sistema periférico, composto por elementos mais flexíveis e contextualizados, que protegem o núcleo e permitem a adaptação da representação à realidade concreta.

Agora que compreendemos os mecanismos que estruturam as representações sociais, vamos aplicar essa teoria a um objeto social concreto. Na próxima seção, exploraremos o fenômeno da pobreza, analisando suas múltiplas dimensões e conceituações.

1.2 Pobreza

A pobreza configura-se como um fenômeno de grande magnitude e impacto, cuja análise transcende a dimensão econômica para incluir perspectivas políticas, sociais e culturais. Sua emergência como problema social massivo está intrinsecamente ligada à consolidação do sistema capitalista (Codes, 2008). Este modo de produção, que se desenvolveu a partir da crise do feudalismo europeu (séculos XIV-XV) e se consolidou com o Iluminismo no século XVIII, fundamentou-se no processo histórico de acumulação primitiva (Marx, 1967). Este processo, longe de ser pacífico, envolveu a expropriação – a violenta separação dos produtores de suas terras. Como consequência, as terras foram transformadas em capital, e os produtores, em trabalhadores assalariados. Paralelamente, consolidou-se a exploração, já que o trabalho dessas pessoas, agora forçadas a vender sua força de trabalho, é a base que mantém a classe capitalista em uma posição superior. Dessa forma, a pobreza surge como uma consequência estrutural de um sistema que gera riqueza concentrada (Marx, 1967).

Ao longo dos anos, a definição sobre o que vem a ser pobreza passou por alterações e análises por diferentes vertentes. Na construção dos conceitos, surgem diversos questionamentos sobre qual ponto de vista deve-se aderir e quais os aspectos a considerar, sejam eles econômicos ou não econômicos, como parte da estrutura sociopolítica do país ou independente. Piachaud (1987) traz uma revisão com estudos de economistas que utilizaram diferentes meios para mensurar a pobreza, partindo de aproximações com base na Abordagem de Consenso Social (Mack & Lansley, 1985; Van Praag, 1982; Veit-Wilson, 1987) que, como sugere o nome, consiste no consenso da população sobre o que deve ser fornecido como renda mínima para assim obter o nível de pobreza desejado.

Outras abordagens incluem o Padrão Orçamentário (Bradshaw, 1987), onde grupos de especialistas definem padrões para diferentes tipos de despesas, e a abordagem Comportamental (Townsend & Desai, 1986), que propõe uma mensuração do comportamento das pessoas em relação à sua renda. Entende-se que há um limiar de pobreza, e à medida que as pessoas se aproximam desse ponto, aumenta a privação e sofrimento, enquanto com uma renda maior a privação é reduzida.

Todos esses estudos foram importantes, porém insuficientes para trazer uma apropriada compreensão do fenômeno. A grande problemática emerge pelo fato de que a visão adotada nos modelos é estritamente unidimensional monetária da pobreza, limitada em seus elementos ideológicos, políticos e psicológicos para compreender a experiência da

pobreza e suas privações nos variados aspectos na sociedade (como saúde, educação, etc.) (Moura Jr. et al., 2014).

A complexidade conceitual pode ser entendida como uma série de linhas de fratura sobre a pobreza, várias análises com viés unidimensional e multidimensional, de elementos monetários e não monetários da pobreza, pobreza absoluta e relativa (Maxwell, 1999). As linhas de pobreza absoluta e relativa são utilizadas pelo Banco Mundial, sendo que a primeira se refere à incapacidade de atender a necessidades básicas, determinado por um parâmetro monetário independente do contexto social; e a segunda, se refere a ter menor capacidade de consumo em relação ao parâmetro local, definido pelo padrão de referência da média ou mediana de consumo (Soares, 2009).

Com a perspectiva de Amartya Sen (2000), o entendimento de pobreza ganha um viés multidimensional. Para conceituar o fenômeno, Sen (2000) aborda a privação de capacidades e a liberdade como o principal meio para o processo de desenvolvimento. O autor fala de tipos de liberdades, vistas por uma vertente instrumental que permite ao indivíduo liberdades subjetivas e capacidades, numa análise do desenvolvimento. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Então, Sen (2000), aborda o desenvolvimento a partir da ideia de liberdades, funcionamentos e capacidade de escolha por um nomeado “conjunto capacitário” de alternativas que o indivíduo possui, as oportunidades reais. No entanto, esta pesquisa identifica contradições na concepção de liberdade de Sen, que se apresenta como plural mas também individual, e em sua abordagem das capacidades – notadamente pela isenção de um questionamento à estrutura do sistema econômico. Esses apontamentos, somados à narrativa que enxerga o trabalho assalariado como uma mudança positiva para o desenvolvimento por supostamente trazer “liberdade”, evidenciam as bases teóricas liberais de sua teoria. Esse alinhamento fica explícito nas constantes menções que Sen (2000) faz aos nomes de liberais clássicos, como Adam Smith e John Rawls.

O termo “classe” é comumente utilizado para referir-se a grupos em função do seu poder econômico, configurando uma forma de estratificação social. No contexto brasileiro, o termo ganhou força durante os governos petistas a partir da premissa de democratização de práticas de consumo antes restritas a um grupo superior na pirâmide econômica – a elite (Voigt, 2019). No entanto, para compreender a totalidade da dinâmica social, é necessário considerar aspectos que vão além da renda e do consumo, incluindo as estruturas de poder que sustentam essas desigualdades.

Nesse sentido, a teoria das elites de Mosca (1983) oferece uma contribuição fundamental. O autor postula que em todas as sociedades existe uma minoria que detém o poder e a capacidade de impor sua vontade nas relações sociais, econômicas e políticas. Cada esfera social se organiza de forma hierarquizada, com critérios específicos de dominação. Dessa forma, conclui-se que não existe um único tipo de poder, mas múltiplas elites atuando em uma pluralidade de estruturas – políticas, jurídicas, religiosas, econômicas, culturais e burocráticas (Seidl, 2013)

No campo da sociologia, encontram-se postulados de que em todas as sociedades deve haver um ou mais grupos, que se configuram uma minoria social, que detém o poder e capacidade de impor a própria vontade dentro de um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. Essas elites, como as denominadas por Mosca (1983), exercem um papel fundamental na manutenção das desigualdades sociais, influenciando as políticas públicas e as normas sociais de forma a beneficiar seus próprios interesses. Cada uma dessas esferas sociais estará organizada e hierarquizada em função de critérios próprios de sua estrutura. Consequentemente, há vários grupos de agentes sociais ocupando posições dominantes em uma ou mais esferas sociais. Importante referir que não existe apenas um tipo de poder, assim existem mais de uma elite em uma pluralidade de estruturas de dominação: nos campos político, jurídico, religioso, econômico, cultural e burocrático (Mosca, 1983; Seidl, 2013).

No contexto brasileiro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mensuram altos níveis de pobreza no ano de 2022, no qual a população que vivia na linha de pobreza ou com renda mensal de até R\$ 637 era de 31,6% e 5,9% na linha de extrema pobreza ou com renda mensal abaixo de R\$ 200. Esses números indicam que 11,98 milhões de habitantes sobreviviam sem as condições mínimas, dada a privação aos recursos básicos, como alimentação, saneamento básico, saúde, moradia e educação, além do baixo rendimento. Essa escassez gera grandes limitações nas oportunidades e escolhas que essas pessoas enfrentam em suas vidas. Os números apontados pelo IBGE refletem o cenário de desigualdade no país.

Abordamos aqui as diversas conceituações da pobreza, o próximo passo é investigar suas origens estruturais. Na seguinte seção, vamos explorar as raízes históricas das desigualdades no Brasil e analisar como se consolidou o cenário de exclusão social no país

1.2.1 Raízes históricas das desigualdades no Brasil

As raízes da desigualdade social no Brasil, um dos maiores desafios para o desenvolvimento do país, aludem ao período colonial, marcado pela dominância e exploração de colônias portuguesas das terras e habitantes, além do tráfico de negros africanos e violação dos seus corpos para o exercício da escravidão (Siqueira, 2009). A economia colonial, baseada no trabalho escravo, estabeleceu um padrão de acumulação de riqueza que permanece estruturante: a concentração fundiária. Esse padrão, que até hoje é visto através dos latifúndios, limita o acesso da maioria à terra e à moradia digna e constitui um pilar da desigualdade social contemporânea.

Essa diferença reflete em uma desigualdade social, em que os pobres, trabalhadores, escravos livres, mestiços, brancos desempregados e pessoas pertencentes a demais grupos sociais excluídos e considerados desclassificados, viviam em condições mínimas de sobrevivência e dependiam de esmolas da Santa Casa da Misericórdia, criada para prestar assistência às pessoas pobres, sob ideais religiosos-cristãos (Siqueira, 2009; Franco, 2014). A assistência aos pobres, realizada por instituições religiosas como a Santa Casa da Misericórdia desde a sua chegada ao Brasil, não era neutra. Questões que deveriam ser vistas como problema de direitos e justiça social, eram reduzidas com ações de caridade. Esse processo isentou a ação do Estado e criou uma representação social do pobre como "assistido" e "necessitado de ajuda", em detrimento de sua percepção como "sujeito de direitos", um imaginário que ainda ressoa nas políticas assistencialistas atuais.

Nessa época, a sociedade estava sob o poder da Coroa Portuguesa e também da igreja católica, dividindo ou fundindo-se na função de organizar o país. Essa relação estreita entre o Estado e a Igreja, já pôde ser percebida desde a chegada dos primeiros missionários portugueses, que trataram de catequizar os indígenas presentes na região em um ato violento de conversão ao cristianismo, pela visão de superioridade em relação aos costumes e crenças dos povos originários. A partir daí, entende-se que a Igreja Católica sempre compunha o cenário brasileiro, como uma forte influência e também verdadeira ferramenta de dominação cultural, religiosa, política e social (De Oliveira et al. 2021).

À mandato do Papa Júlio II, nesse mesmo tempo existia o regime ou sistema católico, nomeado Regime do Padroado, originado na Idade Média. Nesse regime, a Igreja e a Coroa portuguesa mantinham uma relação estreita, marcada pela troca de favores mútuos (Briskievicz, 2021; Castro, 1998; Esquivel, 2008; Emmerick, 2010). O Regime do Padroado fundiu as esferas religiosa e política, criando uma cultura de autoridade. É possível refletir que a naturalização das hierarquias, consequência desse processo,

influenciou a construção de representações sociais que justificam a desigualdade. A exemplo do paternalismo, que se associa à crença de que os pobres não são capazes de cuidar de si mesmos,— forma benevolente do classismo – a ser abordado detalhadamente no tópico Preconceitos contra pobres logo mais.

Na escravidão foi um regime de violência que criou uma hierarquia social baseada na raça. A desvalorização e exploração de corpos negros durante séculos ecoa diretamente nos estigmas, preconceito e discriminação que resultam na exclusão do grupo social. A precarização e informalidade que ainda atingem desproporcionalmente a população negra no mercado de trabalho atual, por exemplo, configura um mecanismo de reprodução intergeracional da pobreza.

Já no período da República no Brasil, observa-se que, apesar de a industrialização ter impulsionado o crescimento econômico, também agravou as desigualdades sociais e regionais que já existiam (Da Costa, 2013). Financiaram-se grandes obras em detrimento de investimentos em habitação e infraestrutura urbana para os trabalhadores. Essa opção política criou periferias urbanas como territórios de exclusão, com acesso precário a serviços públicos, um legado que ainda define a geografia da desigualdade nas grandes cidades brasileiras. Mais adiante, um período que se destacou pelas desigualdades sociais foi a ditadura militar, que perdurou entre 1964 a 1985. As políticas econômicas adotadas pelo governo beneficiaram as camadas mais ricas da população, enquanto os grupos de baixa renda foram marginalizados. A repressão política e as frequentes violações dos direitos humanos tiveram um impacto importante na instabilidade social e na fragilização das instituições democráticas (Jardim, 2016).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), foi um marco para a democracia brasileira. A partir dela, a seguridade social foi implementada como um direito de todos os cidadãos brasileiros. A seguridade social inclui saúde, previdência e assistência social, visando garantir a proteção social e o bem-estar da população (Bresser-Pereira, 1996). No entanto, os desafios da desigualdade persistem.

A nível de desigualdade social, de acordo com dados recentes, atualmente no Brasil, o Índice de Gini (que mensura a desigualdade de distribuição de renda num determinado território) é de 0,518. Ainda segundo os levantamentos do IDH pelo Human Report da ONU (Organização das Nações Unidas) das edições de 2022 e 2024, o Brasil ocupou as posições de 89º e 84º respectivamente, com o índice de 0,766, entre os países da lista. Além disso, o PIB (Produto Interno Bruto) totalizou R\$11,7 trilhões em 2024, enquanto o PIB *per capita* brasileiro chegou a R\$55.247,45. Valores que, embora pareçam

altos, não revelam como essa renda está distribuída entre a população. Isso significa que, ainda que o país produza riquezas, elas estão concentradas nas mãos de uma parcela pequena da população, como revela o Índice de Gini.

Contudo, além dos fatores que contribuem para que se mantenha o cenário desigual e de pobreza brasileiro, estereótipos que estigmatizam as pessoas pobres são mais um desafio social para a mobilidade e inclusão. Uma vez que, tais estereótipos dos pobres ridicularizam suas vivências e os responsabilizam de sua condição, isentando a responsabilidade de toda uma estrutura, limitando as oportunidades e a autoestima das pessoas em situação de vulnerabilidade, perpetuando o ciclo da pobreza

Depois de compreender as bases históricas das desigualdades, o próximo passo é examinar como essas estruturas se perpetuam através de constructos simbólicos. A seguir, exploraremos os estereótipos sobre os pobres, analisando como operam na manutenção das hierarquias sociais.

1.2.2 Estereótipos dos pobres

Os estereótipos são imagens mentais ou “quadros mentais” essenciais para simplificar a quantidade de informações que o indivíduo recebe a todo tempo. Estes recortes mentais se relacionam ao meio social e funcionam como uma representação das informações recebidas, que pode sofrer influências dos valores individuais do próprio sujeito Lippmann (1922/2008).

Na dinâmica do fenômeno preconceito, Tajfel (1983) destaca os estereótipos e categorização social como processos cognitivos que se conectam. A categorização funciona na organização da nossa percepção do mundo social, resultando na distinção entre os grupos, traz a noção do "nós" (endogrupo) e o "eles" (exogrupo). Esse processo pode contribuir para a construção de crenças generalizadas e simplificadas sobre os membros de um grupo, os estereótipos, sejam eles, negativos ou positivos. Esses estereótipos podem ser direcionados ao grupo de pertença (auto-estereótipos) ou a grupos externos (hétero-estereótipos), podendo influenciar nas expectativas, atitudes e comportamentos em relação aos membros de um grupo (Lima & Pereira, 2004).

Como foi abordado no início deste capítulo, a principal função das RS é de permitir a assimilação e interpretação de objetos da realidade dos indivíduos para agir em relação a eles. Elas atuam de forma prescritiva, sugerindo modelos sociais e também como descritiva, que serve como um guia de como agir e para as relações sociais (Abric, 1998; Moscovici, 2003). De acordo com Abric (1998), as representações sociais também possuem um papel identitário, uma vez que, tanto as representações sociais e identidade

social, são formadas a partir das relações intergrupais, favorecem a categorização e comparação social e direcionam o indivíduo a comportamentos e práticas sociais, as quais podem ser carregadas de estereótipos. As relações intergrupais acontecem a partir da formação de grupos.

De acordo com a Teoria da Identidade Social (TIS) de Tajfel (1974, 1982), o reconhecimento de pertença grupal do indivíduo também é algo que se relaciona ao sentimento de hostilidade entre grupos. A identidade social é o resultado da identificação do indivíduo como parte de um determinado grupo social de forma a comparar o seu grupo de pertença (endogrupo) com o grupo dos outros (exogrupo). Essa comparação também se relaciona à formação de identidade positiva do próprio grupo e ao favoritismo endogrupal, quando o indivíduo ou grupo favorece pessoas do endogrupo em detrimento a pessoas do exogrupo. Esses aspectos relacionam-se também a percepção positiva do indivíduo sobre ele, tendo em vista o desenvolvimento de uma identidade social positiva a partir dos aspectos supracitados (Tajfel, 1974, 1982).

O favoritismo endogrupal e a discriminação exogrupal, podem ser relacionadas às características identificadas por cada grupo e a forma com a qual o indivíduo se percebe (Fernandes & Pereira, 2018). Dessa forma, quando há estereótipos negativos sobre certos grupos sociais, isso pode levar a uma menor valorização do próprio grupo ou até à rejeição dele (autoestereótipo) (Lima & Pereira, 2004). Os estereótipos funcionam como uma espécie de ferramenta que ajuda a justificar a aceitação ou rejeição de um grupo, muitas vezes mantendo julgamentos simplificados e superficiais (Allport, 1961).

A individualização da pobreza é o ato de culpar o pobre por sua própria condição, desconsiderando a responsabilidade ou influência de qualquer fator socioeconômico e toda a estrutura (Dorey, 2010), sendo assim, essa percepção permite a criação de estereótipos negativos sobre esse grupo social, como por exemplo, podem ser associados à preguiça, falta de estudos e não pelo pouco acesso à educação.

Uma vez que as pessoas-alvo de estereótipos negativos internalizam a ideia de que são preguiçosos e incapazes, sua autoestima e autoimagem são atingidas. Então, elas lidam com consequências negativas na sua saúde mental e bem-estar. Na literatura, é possível encontrar estudos que abordam as dimensões psicossociais da pobreza e a forma que esta relaciona-se a diferentes aspectos da vida desses indivíduos, incluindo qualidade de vida e bem-estar (Moura Jr., et. al 2014, 2016; Ximenes, et. al 2016; Ximenes, et al. 2019). Outra dessas dimensões é a vergonha social, caracterizada pela percepção de inferiorização econômica, social e humana. A desvantagem social da pobreza ainda é acompanhada pelo

desrespeito na sociedade, o que impacta a autoestima e o autoconceito dos pobres (Lister, 2005).

Compreende-se que a existência de estereótipos negativos sobre determinado grupo pode prejudicar a identidade social positiva de seus membros, o que implica na desvalorização e não adesão do próprio grupo. A estigmatização envolve características negativas e que depreciam indivíduos ou grupos, direcionando para o objeto desse estudo, às pessoas pobres. Na próxima seção, abordaremos o que são os estigmas e como eles se relacionam com a pobreza.

1.2.3 Estigmas associados à pobreza

Goffman (2008) define estigma como um atributo que, em interação com um estereótipo negativo, gera um descrédito profundo para o indivíduo que o porta. Posteriormente, ampliou-se o entendimento para incluir características que são socialmente desvalorizadas e causam invalidação social, mesmo sem a mediação direta de um estereótipo específico. Em síntese, o estigma opera como uma marca social que desvia o indivíduo ou grupo das expectativas dominantes, desqualificando-o por características tidas como indesejáveis ou inferiores, e frequentemente levando à discriminação e exclusão (Goffman, 2008). A condição de pobreza possui marcas estigmatizantes na sociedade

Goffman (2008) distingue entre a situação do desacreditado – quando o estigma é evidente e conhecido, exigindo do indivíduo o manejo das reações alheias – e a do desacreditável – quando passível de ser ocultado, impondo a carga constante de seu gerenciamento e medo da descoberta. Ainda segundo Goffman (2008), existe uma classificação de três tipos de estigmas, são eles: 1) relacionado a deformidades físicas; 2) as culpas de caráter individual e 3) estigmas tribais de raça, nação e religião.

Dois desses tipos de estigmas podem ser aplicados à exclusão dos pobres no contexto brasileiro. Um é o de culpa de caráter individual, uma vez que a condição de pobreza é comumente apontada como consequência de falhas individuais; e o que relaciona a raça, nação e religião, que faz intersecção com o contexto sociocultural e revela como a pobreza é associada a grupos que foram historicamente marginalizados, uma vez que a população preta e parda é majoritária entre os mais pobres, herdando a marginalização do período escravocrata. Além desses, os estigmas associados aos pobres ainda podem ser intensificados pelo estigma territorial, especialmente, áreas periféricas quais também são associados ao estigma tribal (especificamente de raça), são objeto de representações

negativas, como práticas violentas, tráfico e crime organizado (Legroux, 2023; Paiva, 2007).

A forma como o estigma da pobreza se manifestou historicamente pode ser ilustrada pela Lei dos Pobres Inglesa de 1601, que funcionava de forma camuflada como um instrumento de controle social, reforçando o estigma da pobreza e associando à falta de caráter. A separação entre "merecedores" e "não merecedores" permitia uma distribuição seletiva de ajuda, aumentando a marginalização daqueles considerados inadequados pelo sistema. No século XVIII, a concepção de que a pobreza era resultante de falhas morais pessoais ganhou força com a introdução dos conceitos de "classe inferior" ou "lumpemproletariado", que se referiam a grupos marginalizados frequentemente associados a atividades ilegais (Dos Santos, 2023).

Jr e Ximenes (2016) investigam os impactos dos estigmas de pobreza na saúde mental dos indivíduos e discutem como os estigmas contribuem para a manutenção de estruturas opressoras. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com pessoas em situação de rua, buscando entender como a identidade social do "pobre" é reforçada pelas relações de poder. O estudo demonstra que os estigmas da pobreza exercem um impacto significativo na saúde mental de pessoas em situação de rua, contribuindo para o desenvolvimento de sentimentos de vergonha, inferioridade e exclusão social. Os autores concluem que indivíduos em situação de pobreza podem experimentar sentimentos de humilhação e vergonha apenas devido à sua condição, o que, por sua vez, compromete sua habilidade de lidar com a realidade.

Depois de entender como os estigmas se ligam à identidade das pessoas que vivem em situação de pobreza, o próximo passo da nossa análise é investigar as consequências dessas marcas negativas nas relações sociais. Na próxima seção, vamos explorar os preconceitos direcionados aos pobres, tentando compreender como a estigmatização se transforma em discriminação.

1.2.4 Preconceitos contra pobres

Em contextos educacionais e cotidianos, a discussão sobre preconceito frequentemente suscita reações de negação ou comparação entre diferentes formas de discriminação. “Será que eu sou preconceituoso?”, como uma genuína dúvida sobre aquilo que entende ser ruim e que de certa forma, não deseja ter ou ser. Ou pode surgir um pensamento de negação “Não. Eu não sou preconceituoso”, pelo mesmo motivo. E

questionamentos como “Qual preconceito é pior?”. Esse cenário revela como o fenômeno é, ao mesmo tempo, difuso e difícil de ser reconhecido em si mesmo.

O termo está associado no dicionário online como “Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto”¹; “Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção”; “Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles sejam praticados”. Entretanto são definições insuficientes, pois muitas vezes temos pré-concepções arraigadas sobre temas conhecidos e experienciados.

Para além de um simples “pré-conceito” ou opinião, o preconceito é uma atitude negativa de hostilidade ou rejeição em relação a uma pessoa, devido a pertença dela a um grupo que é socialmente menosprezado (Allport, 1954). Essa atitude integra elementos cognitivos (crenças e estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e disposições ou volições (tendências à discriminação). Com seus aspectos tanto inconscientes quanto racionais, serve como motor para a construção e manutenção de hierarquias sociais que privilegiam determinados grupos (Lima, 2023). Essa dinâmica, enraizada na história da humanidade, foi objeto de estudo de diversos pesquisadores, como demonstra o estudo de abordagem histórica de Duckitt (1992).

Segundo o autor, a noção de preconceito evoluiu ao longo dos anos, deixando para trás uma perspectiva meramente individual e patológica, e avançando para uma compreensão mais abrangente, associada a processos sociais e históricos. Durante os anos de 1920 a 1950, o preconceito era visto como um desvio moral ou uma patologia, associado a características psicológicas específicas. Entre as décadas de 1950 e 1970, com influências da psicanálise e da Psicologia Social, os preconceitos passam a ser considerados como manifestações de conflitos internos, frequentemente associados à repressão de emoções negativas. Entre 1970 a 1990, o foco esteve para os processos intergrupais, com teorias como a da Identidade Social. E então, a partir da década de 1990, as investigações partem da compreensão de que há outros preconceitos, que se apresentam de forma implícita e sutil. A partir daí, a análise de Duckitt (1992) considera que o preconceito perpetuado por estruturas de poder, que moldam as atitudes sociais de forma indireta.

Para Lima (2020), o preconceito pode ser compreendido em três aspectos principais na psicologia social: I) ele é simultaneamente individual e grupal, considerando seus diferentes níveis de manifestação; II) o preconceito é contextual, ou seja, é uma "atitude-em-contexto" influenciada pelas normas sócio-históricas e pelos interesses nas

relações sociais; e III) o preconceito é relacional, dependendo do tipo de minoria envolvida e da distribuição de poder nas relações interpessoais e intergrupais.

Existe uma pluralidade de preconceitos baseados em diferentes características do indivíduo e seu grupo de pertença, como o racismo (discriminação que tem a raça como fundamento), o sexismo (discriminação de gênero), a homofobia (discriminação da orientação sexual). A aporofobia (Cortina, 2020), é um tipo específico de preconceito e discriminação direcionado às pessoas de estratificação social baixa, enfatiza a crença de que o pobre não é capaz de sustentar uma dinâmica socioeconômica e política de trocas, em dar e receber e isso legitimaria a invisibilidade e a exclusão do mesmo. O termo aporofobia é um neologismo e une palavras do vocabulário grego ‘áporos’ (pobre, sem recurso) e o sufixo ‘fobia’ (rejeição, medo, aversão), assim, refere-se a uma série situações e circunstâncias em que os não-pobres agem de forma discriminatória contra os pobres (Cortina, 2020).

Cortina (2017) apresenta um quadro analítico que segmenta o fenômeno em três dimensões: I) macro: se manifesta por meio de estruturas econômicas e políticas (denominadas e-processos e g-processos) que sistematicamente marginalizam os pobres no processo de distribuição de riqueza nacional II) meso: manifesta-se através de instituições, como escolas, hospitais e o sistema judiciário e III) micro: baseada em características e ações psicológicas de indivíduos não pobres. Essa abordagem propõe um aprofundamento teórico e uma leitura multidimensional da aporofobia, mostrando como ela se expande para um nível estrutural.

Entretanto, ao sugerir um caráter universal e biológico, em busca de explicar a recorrência do fenômeno, Cortina (2020) apresenta uma hipótese insuficiente e controversa, e no mínimo anacrônica quando confrontada com análises históricas das estruturas de dominação. Como bem demonstra a genealogia do pensamento racial traçada por Munanga (2004), a 'hierarquização das diferenças' – seja entre plebeus e nobres nos séculos XVI e XVII, ou a doutrina da supremacia branca no Iluminismo – não foi um desdobramento de predisposições inatas, mas um projeto intelectual e político deliberado para legitimar privilégios e exploração. Seguindo essa lógica, a aversão ao pobre não pode ser reduzida a um instinto, mas deve ser compreendida como o resultado de um processo histórico de construção de um imaginário social que associa a pobreza à inferioridade e à falta de valor.

O termo aporofobia pressupõe uma aversão ao pobre por ele ser considerado uma pessoa sem recursos. Entretanto, o fenômeno do preconceito contra os pobres não se

restringe ao nível individual, das emoções negativas. Por isso, uma parte da literatura refere o fenômeno como classismo, ou seja, a discriminação com base na classe social, que categoriza a sociedade em grupos com diferentes níveis de renda, poder e prestígio. Esse preconceito se reflete em atitudes depreciativas e comportamentos discriminatórios, como a crença de que indivíduos das classes mais baixas são menos competentes, menos merecedores ou menos importantes. O classismo infiltra-se nas relações sociais, nas instituições e nas estruturas de poder, reforçando desigualdades e injustiças (Liu, 2001; Lott, 2002).

Entretanto, o classismo não acontece de forma isolada, ele se entrelaça com o racismo e o sexismo. Dados do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA, 2024), com base na PNAD Contínua do IBGE 2022, ilustram essa afirmação: em 2023, a renda média em domicílios com todos os moradores negros e liderada por uma mulher negra era de R\$ 1.317,76, o que competia 36,7% de R\$ 3.592,40 que representava a renda de domicílios sem moradores negros e liderada por um homem não negro. Essa proporção entre as rendas é estável desde 2010, de acordo com o CEDRA.

Quando comparamos domicílios liderados por mulheres negras com aqueles liderados por homens não negros, a interseccionalidade entre raça e gênero se traduz em desvantagens econômicas adicionais, manifestando-se em menor renda por morador. Por outro lado, domicílios sem negros e com responsável homem não negro aparecem, de modo relativo, em posição mais privilegiada na renda por morador.

A renda média por morador reflete um complexo de determinantes que vão além do salário individual, abarcando a composição da renda familiar, o acesso desigual a oportunidades no mercado de trabalho e a eficácia diferenciada das redes de proteção social. A comparação entre os estratos evidencia como a interseccionalidade entre raça e gênero produz desvantagens econômicas cumulativas, enquanto domicílios chefiados por homens não negros consolidam sua posição relativa de privilégio. Esses padrões reiteram a persistência de barreiras estruturais que perpetuam ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão. Os dados confirmam que a pobreza no Brasil tem gênero e cor. A mulher negra pobre configura-se como o epicentro de uma rede de discriminações onde classismo, racismo e sexismo se potencializam mutuamente (Davis, 2016), conformando uma hierarquia social que posiciona sua experiência na intersecção mais desvantajosa. Dessa forma, a vivência do classismo é radicalmente diferente para um homem branco pobre e para uma mulher negra pobre.

Esse tipo de preconceito pode se manifestar de diferentes maneiras. As atitudes preconceituosas podem ser hostis, ou seja, explicitamente negativas e com a intenção de insultar, como dizer que as pessoas em situação de pobreza são preguiçosas. Há ainda estudos que revelam que o preconceito pode se manifestar de forma aparentemente positiva, através da benevolência. Crenças como "pobre, mas honesto" ou "pobre, mas feliz" sobre os grupos desfavorecidos, embora pareçam expressar empatia, na verdade reforçam a ideia de que os pobres são passivos e incapazes (Kay & Jost, 2003). Além disso, esses estereótipos "pseudo-positivos" podem atuar como mecanismos de controle social, tranquilizando os grupos dominantes e minimizando a percepção de ameaça dos grupos minoritários (Fiske et al., 1999, 2002; Glick & Fiske, 1996, 2001).

Essa forma benevolente de expressar o preconceito é identificada pelo modelo teórico Classismo Ambivalente de forma abrangente, ele acontece de três formas: (1) paternalismo, (2) diferenciação de classe e (3) interdependência. Os três componentes atuam como pilares que mantêm esse preconceito na sociedade. O paternalismo, visto anteriormente, se associa à crença de que os pobres não são capazes de cuidar de si mesmos, pelo fato de não terem recursos, o que carece de pessoas com recursos para cuidá-las. A diferenciação de classe fundamenta-se em uma hierarquia social que atribui aos indivíduos em condição de pobreza características negativas, como a falta de inteligência e de agência, o que acaba por justificar sua situação. A interdependência é associada ao fato de os não-pobres se beneficiam dos pobres, criando assim, uma relação de interdependência, onde uma classe não existiria sem a outra (Jordan et al, 2020).

Esse tipo de preconceito pode se manifestar de diferentes maneiras. As atitudes preconceituosas podem ser hostis, ou seja, explicitamente negativas e com a intenção de insultar, como dizer que as pessoas em situação de pobreza são preguiçosas. Há ainda estudos que revelam que o preconceito pode se manifestar de forma aparentemente positiva, através da benevolência. Crenças como "pobre, mas honesto" ou "pobre, mas feliz" sobre os grupos desfavorecidos, embora pareçam expressar empatia, na verdade reforçam a ideia de que os pobres são passivos e incapazes (Kay & Jost, 2003). Além disso, esses estereótipos "pseudo-positivos" podem atuar como mecanismos de controle social, tranquilizando os grupos dominantes e minimizando a percepção de ameaça dos grupos minoritários (Fiske et al., 1999, 2002; Glick & Fiske, 1996, 2001).

Essa percepção estereotipada ignora as condições sociais e econômicas que perpetuam a pobreza e retrata os pobres como responsáveis pela própria realidade, mostrando-os muitas vezes como satisfeitos e até mesmo dotados de qualidades positivas,

como alegria e sociabilidade. Contudo, a interdependência descreve como as pessoas pobres e não pobres coexistem e ainda como a relação entre elas é percebida. Ela pode ocorrer de forma parasitária (hostil), reflete o medo de que aqueles com necessidades se aproveitem daqueles com recursos, transmitem crenças de que pessoas pobres se aproveitam da “generosidade” de pessoas não pobres e usam os programas sociais, a exemplo do Bolsa Família no Brasil, como “muleta” para ter mais dinheiro. Também ocorre de forma simbiótica, reflete a ideia de que pessoas não pobres se beneficiam de pessoas pobres, através dos serviços em empregos essenciais e mal remunerados (Jordan et al., 2020).

Depois de entender os mecanismos do preconceito contra os pobres, o próximo passo é investigar como esse fenômeno se traduz em sistemas de pensamento social. Na próxima seção, exploraremos as Representações Sociais da pobreza, analisando os sentidos coletivos construídos sobre este fenômeno

1.3 Estudos sobre Representações sociais da pobreza no Brasil

Para a construção do presente tópico, foi realizado um levantamento de estudos a partir de uma busca bibliográfica de produções acadêmicas e obras que abordam as representações sociais da pobreza no contexto brasileiro. A pesquisa foi realizada entre os meses de Janeiro a Novembro de 2024 e teve como principal base o Google Acadêmico, utilizando descritores como “pobreza”, “representações sociais” e “Brasil”. Foram considerados os materiais publicados nos últimos quinze anos.

Acerca dos estudos das representações sociais da pobreza no Brasil, destaca-se a obra de Josué de Castro, ‘A história da pobreza’ (2019), ao analisar o fenômeno da fome e suas implicações, relacionadas às estruturas econômicas, políticas e sociais. O livro apresenta uma série de estudos sobre a pobreza em diversos contextos históricos e geográficos do país. Um dos capítulos, intitulado "Sonhar e morrer por Dom Sebastião: história e cotidiano dos trabalhadores pobres e rebeldes do Rodeador (Pernambuco – 1820)", de autoria de Flávio José Gomes Cabral, aprofunda a análise da vida dos trabalhadores pobres na capitania de Pernambuco no início do século XIX.

O estudo concentra-se em um grupo de trabalhadores que habitava uma região isolada, distante dos centros de poder e das autoridades. Após a expulsão dos holandeses e a destruição do Quilombo dos Palmares, muitas terras foram ocupadas por grandes proprietários rurais que estabeleceram fazendas Castro (2019). Essa população era formada, em sua maioria, por quilombolas, agricultores e trabalhadores do campo, que

muitas vezes eram rotulados como "desordeiros" e "vagabundos". Eles mantinham a esperança de que o retorno do rei D. Sebastião (Sebastianismo), pudesse trazer transformações importantes para suas vidas, como a eliminação das punições injustas e o desmantelamento das forças militares da região. Essa crença funcionava como um meio de enfrentamento ao sofrimento vivido.

O contexto de pobreza vivido por esses homens era, portanto, estrutural e relacional, fruto de um processo histórico de expropriação. À luz da teoria dos estigmas (Goffman, 2008), os rótulos que recebiam ("desordeiros", "vagabundos") cumpriam uma função precisa: atribuir a culpa de sua condição a supostas falhas de caráter individual. Estes estereótipos negativos formavam o núcleo central (Abriç, 1994) da representação social das elites, que via os pobres como uma classe que possivelmente perigosa, e que precisava ser controlada.

É possível identificar a presença do mesmo tipo de estigma e de estereótipos negativos dos pobres na obra de Christillino (2015), que destaca a importância de analisar a população de homens livres e pobres no Brasil oitocentista. Os dados censitários revelam uma diversidade ocupacional e social nesse grupo, que ia além da figura do trabalhador rural sem-terra. Estudos recentes, como os de Cabral (2019), mostram os desafios da vida desses indivíduos, sua importância econômica e suas lutas por melhores condições de vida. A produção de erva-mate, por exemplo, traz a inserção desses trabalhadores em redes econômicas mais amplas na região sul do Brasil. Os rótulos atribuídos a esses homens refletem a visão da sociedade sobre eles. Termos como "trabalhadores rurais", "sem-terra", "pobres", "despossuídos", "revoltosos" também podem revelar a diversidade das experiências sociais e econômicas que o grupo vivia.

Soares de Oliveira Sobrinho (2013) discute a ideologia higienista em São Paulo, presente entre os séculos XIX e XX, adotada por elites urbanas que associavam a pobreza ao atraso e à desordem. As condições em que os indigentes viviam eram percebidas como uma ameaça à ordem pública e à saúde, sendo essas pessoas rotuladas como perigosas devido ao risco de contágio social. Para controlar essa população, a repressão aos "hábitos de inatividade" dos adultos e a educação das crianças eram consideradas fundamentais. A pobreza era diagnosticada pela elite como indicativo de desvios morais e crimes. Havia o plano urbanístico de São Paulo, inspirado em Paris, que possuía práticas higienização e exclusão dos pobres por meio da 'modernidade'. A vigilância e o controle social visavam não ajudar, mas oprimir e humilhar os mais desfavorecidos, assegurando a ordem social burguesa. A higiene e o progresso eram exaltados como ideais, com a ciência apresentada

como solução para os problemas urbanos, contribuindo para a perpetuação das desigualdades e a exclusão da cidadania dos pobres, incluindo negros, nacionais e migrantes, em prol de uma elite que negava sua dignidade.

Este caso demonstra a representação do pobre como uma ‘ameaça sanitária’, estereótipos do pobre “sujo”, associação à falta de cuidados com higiene. As práticas excludentes da ideologia higienista convergem com a arquitetura hostil, que é a materialização física da aporofobia.

Partindo dos estudos teóricos analíticos, seguimos com estudos empíricos sobre as RS dos pobres desenvolvidos nos últimos dez anos. Destaca-se a pesquisa feita por Milani e da Maia Pawlowytsch (2019), que investigam a percepção de pessoas do grupo de beneficiados pelo programa de transferência de renda condicionada, o Bolsa Família. Para tal, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com amostra de 105 mulheres mães que recebiam o benefício do governo, com idade entre 18 e 63 anos. As respostas também indicaram uma visão mais multidimensional da pobreza, como a falta de oportunidades de emprego devido ao nível de escolaridade que chegava até 1º grau, apontando que 91,29% dessas participantes se encontravam nessa realidade de escolarização.

Corroborando com isto, no estudo Cavaler et al. (2020), utilizou-se o teste de associação livre para coleta de dados, com uma amostra de 26 participantes mulheres e beneficiárias do Bolsa Família. Os resultados das análises de similitude quanto ao termo indutor pobreza, apontaram palavras que estão relacionadas às dimensões de pobreza, que não competem ao monetário, a exemplo de “fome” relacionada a dimensão de segurança alimentar e nutricional e “dificuldade” que está diretamente atrelada à ideia de limitações e privação de liberdade como proposto por Amartya Sen (2000).

Também há estudos no campo da educação com estudantes do ensino médio e EJA. No estudo de Bessa e Fermiano (2021), tiveram uma amostra de 72 alunos do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), aplicando entrevistas semiestruturadas para examinar a compreensão sobre pobreza, desigualdade e mobilidade social, levando em conta dados sociodemográficos. A análise qualitativa das respostas foi baseada na categorização sugerida por Denegri et al. (1998), que foi atualizada por Amar et al. (2001), a qual organiza a compreensão em quatro níveis, são eles:

Nível 1A que se baseia em explicações mais simplistas e fantasiosas, sem considerar os processos temporais, mudanças sociais ou variações intermediárias. A riqueza e a pobreza são percebidas como fenômenos associados às características externas visíveis, e de rápida solução, assim pensa-se que qualquer trabalho trará uma remuneração

que o fará rico. Não se nota a relação entre os tipos de trabalho e a remuneração. A caridade e ações individuais são vistas como soluções para a pobreza.

Nível IB em que se encontram explicações menos fantasiosas, porém apresenta concepções pouco realistas para explicar a pobreza e a riqueza. A riqueza é associada ao esforço, à herança ou à sorte, enquanto a pobreza é atribuída à falta de dedicação pessoal. Surge a concepção de um estrato social intermediário e as soluções para a pobreza se aproximam do trabalho da assistência social como algo que depende da vontade dessas instituições (Bessa & Fermiano, 2021).

No Nível II, a compreensão abrange elementos psicológicos e comportamentais, reconhecendo a mobilidade social como um processo que se desenvolve ao longo do tempo, intimamente relacionado à educação e ao empenho individual. O Estado é considerado o agente fundamental para enfrentar a pobreza, e a noção de oportunidade começa a emergir, ainda que sem uma percepção clara das barreiras estruturais que impedem transformações sociais. Por fim, entende-se os níveis socioeconômicos de forma mais complexa, reconhecendo os interesses compartilhados e as dinâmicas de poder que tornam as transformações sociais desafiadoras. A mobilidade é percebida como algo que depende de oportunidades, igualdade nas condições e determinação pessoal, embora enfrente barreiras tanto estruturais quanto individuais.

As desigualdades são analisadas como consequências de fatores históricos, econômicos e ideológicos, gerando um certo pessimismo em relação a soluções radicais. A noção de oportunidades, tanto públicas quanto privadas, é considerada, destacando a importância da ação individual para facilitar a ascensão social. Os achados do estudo revelam que os estudantes do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), inseridos em um contexto socioeconômico menos privilegiado em comparação aos alunos do ensino médio regular, demonstraram uma percepção mais consciente dos fenômenos sociais, evidenciando a habilidade de analisar eventos históricos e ideológicos em suas inter-relações (Bessa & Fermiano, 2021).

Na área da psicologia, Silva e de Viveiros (2017) realizaram um estudo com 307 estudantes cursistas da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social no estado do Rio Grande do Norte, utilizando a técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e os resultados mostram associações de pobreza à questões individuais, como esforço pessoal e mais estruturais como falta de políticas públicas, desigualdade socioeconômica e falta de acesso à educação.

Entrevistas realizadas no estudo de Maciel, Brito e Camino (1998), investigam como meninos em situação de rua compreendem as causas das desigualdades socioeconômicas e como essas percepções são influenciadas pela participação em movimentos sociais. A pesquisa contou com 56 meninos, entre 12 e 17 anos, sendo que 25 deles possuíam vínculo ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e 31 não possuíam. Os resultados obtidos apontaram que os participantes sem vínculo, apresentaram uma tendência a explicar a pobreza e a riqueza através de causas impessoais, como sorte e algo predestinado, o que sugere que essas condições da vida estão sob domínio de forças externas; enquanto que os participantes com vínculo já apresentaram nas suas respostas, uma perspectiva voltada à estrutura social e senso de injustiça. A pobreza mostrou-se associada a desigualdades mais sistêmicas, à medida que a riqueza aparece associada ao esforço pessoal. A participação em movimentos sociais proporcionou uma melhor compreensão acerca das desigualdades sociais.

Ao investigarem como os adolescentes percebem a pobreza, da Maia Pawlowytsch e Schmidt (2017) propuseram um questionário com perguntas abertas e fechadas para 35 estudantes de uma escola em Santa Catarina, constataram que os estudantes associam o fenômeno à falta de recursos financeiros, dificuldades para frequentar a escola e a ausência de bens materiais. Um aspecto importante a ser destacado é que muitos desses jovens se auto identificam como pobres. Já no estudo de Dias e Ferreira (2022), a investigação se concentra em como as representações da pobreza influenciam o trabalho de educadores. Para tal, foram entrevistadas professoras de uma escola em São Gonçalo. Os pesquisadores identificaram representações de pobreza voltadas à falta de apoio familiar e a um futuro de fracasso escolar. Os autores apontam que esse tipo de perspectiva identificado na fala das professoras pode influenciar as expectativas das mesmas e as práticas pedagógicas em relação aos alunos considerados “pobres”.

Esses estudos revelam que, no Brasil, as RS da pobreza oscilam entre explicações individualizantes (‘falta de esforço’) e compreensões mais estruturais (‘desigualdade, ausência de políticas’). Entretanto, nota-se uma lacuna: poucos trabalhos exploram como diferentes tradições religiosas influenciam tais representações, o que justifica a presente pesquisa

Com a finalização deste tópico sobre estudos acerca das representações sociais da pobreza no Brasil, encerramos o primeiro capítulo da dissertação, intitulado *Representações Sociais, Pobreza e Perspectivas religiosas*. Nele, apresentamos a teoria base da dissertação, discutimos conceito de pobreza apontando dados sobre o Brasil a nível

de desigualdade em pesquisas recentes e em um panorama histórico, como também discutimos sobre preconceito, estereótipos e estigmas de pobres e apresentamos levantamento de estudos empíricos. No capítulo seguinte, iremos aprofundar a discussão sobre a religião e a pobreza e suas representações encontradas na literatura pelas quatro religiões com mais adeptos no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de origem africana e espiritismo). Abordaremos o papel da religião na formação das representações sociais da pobreza, como também apresentaremos um levantamento de estudos que investigam essa em diferentes contextos socioculturais.

CAPÍTULO 2: O PAPEL DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA

“A Igreja de Jesus Cristo é a Igreja de todos, mas especialmente a Igreja dos pobres.” (João XXIII, 1962)

As representações sociais, como vimos, são construídas socialmente e direcionam o indivíduo a comportamentos e práticas sociais. A partir da teoria é possível entender como os pobres são vistos e interpretados na sociedade. A religião, vista sob a ótica de um sistema de crenças e valores, desempenha um papel importante na formação dessas representações. A análise das representações sociais relacionadas à pobreza no âmbito religioso demonstra como as crenças e práticas espirituais influenciam a forma como as pessoas percebem suas realidades socioeconômicas. Considerando o conceito de representação social, é possível compreender que as visões de mundo dos praticantes de diferentes tradições religiosas são afetadas por suas vivências diárias de carência, o que os leva a elaborar explicações para as razões da situação em que se vive. Essas representações são capazes de criar novos significados e de esperança, onde a espiritualidade se entrelaça com a busca por mudança e superação (Pinto, 2017).

Diante disso, a discussão deste capítulo concentra-se na importância da religião na formação das representações sociais relacionadas à pobreza. No próximo tópico, aprofundaremos o conceito de religião e religiosidade, representações sociais de pobreza no contexto de quatro perspectivas religiosas e estudos que abordam a relação entre os fenômenos “religião” e “pobreza”.

2 Religião e pobreza

O conceito de religião é multifacetado e pode variar de acordo com diferentes áreas e perspectivas de estudo. Durkheim (1912/2010) conceitua a religião, considerando-a um exemplo de representação coletiva e produto do pensamento coletivo, por ela carregar mesmas realidades e compartilhar uma natureza comum de rituais e costumes religiosos em um grupo, a fim de conservar o todo social que dá a essas representações seu caráter sagrado (Moscovici, 2017). No entanto, a religiosidade pode ser compreendida de duas formas: a partir do conceito de prática religiosa institucionalizada (Koenig, King, & Carson, 2012) e do que se trata de uma relação entre o indivíduo e um ser transcendente, incluindo crenças e práticas, mas se abstendo de dogmas religiosos e a pertença a uma determinada religião (Pinto, 2009).

Diversas crenças e práticas religiosas proporcionam interpretações diferentes sobre as causas, consequências e significados da pobreza, influenciando, dessa forma, as experiências e identidades de indivíduos e grupos sociais. Considerando o contexto histórico do Brasil, a importância das religiões cristãs na discussão sobre a pobreza e o que há disponível na literatura, neste estudo há um destaque para as perspectivas cristãs sobre o fenômeno da pobreza. Desde antes de Cristo, havia escritos religiosos sobre pessoas pobres serem bem-vindas no reino de Deus (Lucas 14:13-14,). Passagens nos dois testamentos cristãos retratam a compaixão e solidariedade perante os pobres, para que assim a justiça seja restaurada, como em Salmos e João:

"Bem-aventurado aquele que se compadece do pobre; o Senhor o livrará no dia da aflição." (Salmos 41:1)

"Aquele que tiver bens deste mundo e vir a seu irmão necessitado, e fechar-lhe as entranhas, como pode permanecer nele o amor de Deus?" (João 3:17).

Já era entendido que havia uma desigualdade social, que estruturava alguns grupos em uma posição superior econômica e sociocultural em relação aos demais. No século I a.C., a reforma do Templo de Jerusalém, pelo reinado de Herodes, oferece um exemplo de desigualdades sociais que marcaram a sociedade naquela época. O Templo teve muito impacto na economia judaica, pois através dele que peregrinações religiosas se intensificaram e consequentemente, impulsionaram a atividade comercial na região (Selvatici, 2015), onde líderes religiosos vinculados ao Templo, tinham recursos. Essa realidade contrastava com muitos dos peregrinos pobres que visitavam o templo em busca de cura e os trabalhadores do campo locais, que mesmo a sua importância na subsistência, tinham pouco.

Na literatura bíblica, também há menções de uma pobreza relacionada a punição do ócio, intemperança e maldição em passagens de Provérbios, livro de reflexões e conselhos sobre comportamentos morais e éticos presentes no Antigo Testamento, como também há uma percepção social, de que os pobres sofrem com a desigualdade e precisam ser libertos por um dever de justiça (Mckenzie, 1983). No segundo caso, a generosidade pessoal perante às pessoas pobres terá recompensa. As duas perspectivas refletem em uma ambiguidade na compreensão de pobreza e também de riqueza, tanto material quanto espiritual. A riqueza tanto é vista como uma bênção, uma vez que apareça associada à fidelidade às leis de Deus, o que pode levar aquele que crer a uma vida próspera de bens materiais. Nota-se que existem diferentes narrativas na literatura bíblica sobre pobreza e riqueza, que oscilam entre a culpabilização do pobre e a responsabilização do rico. Esses entendimentos são capazes de fundamentar as práticas, como também os discursos das instituições e dos praticantes de determinada religião. As representações sociais dos pobres são moldadas por sistemas de crença, com o Catolicismo sendo um exemplo significativo. Devido à sua extensa tradição teológica e moral, essa religião serve como uma base importante para entender de que maneira as crenças religiosas podem tanto validar quanto questionar as desigualdades sociais. No próximo tópico, vamos examinar como algumas religiões lidam com o fenômeno da pobreza, ressaltando as várias maneiras pelas quais cada uma delas representa e enxerga os pobres.

2.1 Representações Sociais da Pobreza em quatro Tradições Religiosas

2.1.1 Catolicismo

O catolicismo é uma das vertentes mais expressivas e antigas do Cristianismo. Como visto anteriormente, essa religião foi instituída como religião oficial no Brasil com a colonização em 1549 (Alencar, 2018). Durante séculos, a instituição manteve uma aliança estreita com elites, consolidando sua influência nas estruturas socioeconômicas, culturais e políticas do país (De Abrantes & Junior, 2018).

Essa trajetória sofreu impactada pela mudança pragmática adotada pela Conferência de Medellín realizada em 1968, quando bispos latino-americanos se reuniram com o objetivo de reler as atualizações de fundamentos da igreja propostos no Concílio Vaticano II (1962-1965), às lentes da realidade socioeconômica da América Latina. Os líderes discutiram sobre evangelização e definiram que a igreja deveria ser mais ativa no

combate à pobreza, seguindo a “opção preferencial pelos pobres” como prioridade nos papéis desempenhados pelo clero.

Essa trajetória sofreu impactada pela mudança pragmática adotada pela Conferência de Medellín realizada em 1968, quando bispos latino-americanos se reuniram com o objetivo de reler as atualizações de fundamentos da igreja propostos no Concílio Vaticano II (1962-1965), às lentes da realidade socioeconômica da América Latina. Os líderes discutiram sobre evangelização e definiram que a igreja deveria ser mais ativa no combate à pobreza, seguindo a “opção preferencial pelos pobres” como prioridade nos papéis desempenhados pelo clero.

A frase de João XXIII, citada no início do texto, retorna à ideia de caridade associada à igreja. A caridade, que foi muito expressa em ações da Santa Casa no período colonial, foi decretada como um pilar nas Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da igreja no Brasil, proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2019-2023). Este pilar propõe a missão de assistência, serviço à vida plena e acolhimento para as pessoas, principalmente os excluídos socialmente, o que inclui as pessoas pobres. As diretrizes se constroem à imagem da Casa, como são chamadas as comunidades eclesiais missionárias, que possui o senso de comunidade e missão como eixos inspiradores.

Contudo, persiste na prática católica uma tensão entre transformação estrutural e assistencialismo. As atuais Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil (CNBB, 2019-2023) reforçam o pilar da caridade, propondo comunidades eclesiais como "Casas" de acolhimento aos excluídos. Esta retórica, entretanto, quando operacionalizada em ações puramente assistencialistas, pode reproduzir um paternalismo que, segundo Jordan et al. (2020), enxerga os pobres como incapazes de autodeterminação, necessitados da tutela dos mais favorecidos.

Esta visão paternalista encontra eco na formação histórica brasileira. Conforme analisado anteriormente, desde o período colonial a assistência aos pobres - mediada por instituições como a Santa Casa da Misericórdia - transformou questões de direito e justiça social em objetos de caridade, criando uma representação social do pobre como "assistido" que necessita de ajuda benevolente. As práticas caritativas contemporâneas do catolicismo carregam, portanto, esse lastro histórico, podendo reproduzir uma lógica que isenta o Estado de suas responsabilidades e naturaliza a dependência.

Ao analisarmos as representações sociais da pobreza dentro de segmentos religiosos, ressalta-se o catolicismo, que possui representações enraizadas na construção

social, histórica e cultural do Brasil desde o período colonial, quando a igreja católica desempenhou influência direta nas normas sociais da cultura do país. As práticas voltadas para caridade e assistencialismo podem sinalizar a existência de um paternalismo. Essa perspectiva paternalista, segundo Jordan et al. (2020), está associada à crença de que os pobres são incapazes de cuidar de si mesmos e, por isso, necessitam da tutela dos mais favorecidos.

2.1.2 Espiritismo, Kardecismo, Espiritismo Kardecista

O espiritismo é uma doutrina que se fundamenta nos pilares: filosofia, religião e ciência. Ela foi codificada por Allan Kardec, a quem atribuiu os termos kardecista e kardecismo, pelo seu pseudônimo, no século XIX. De tal forma, Kardec (1859) define o Espiritismo como uma ciência de observação e doutrina filosófica. Ao entendimento de ciência, ele atribuiu à praticidade das relações construídas entre as pessoas e os espíritos. No que se refere a sua filosofia, se associa às consequências morais que derivam dessas relações.

Ainda que o tema da pobreza não seja abordado de forma explícita nos escritos kardecistas, é possível analisá-lo à luz dos princípios da Lei de causa e efeito e da Lei do progresso. A Lei de causa e efeito, também conhecida como lei da causalidade ou carma, está relacionada à compreensão de que todos os espíritos passam pelo processo de reencarnação, sendo que as experiências vividas são resultado de ações anteriores. Segundo o espiritismo, a reencarnação fundamenta-se na existência da alma humana, na presença de Deus e na lei de causa e efeito. De acordo com essa doutrina, todos os espíritos tendem à perfeição, e Deus proporciona os meios para que isso seja alcançado. O espírito, ao ser criado necessita se desenvolver, o que requer a passagem por estágios na matéria. Este estágio é essencial, pois oferece as dificuldades e provas que devem ser superadas para se alcançar o progresso e a evolução. Assim, ocorrem várias reencarnações, suficientes para garantir a progressão intelectual e moral, sendo essa evolução um processo infinito (Bezerra & Tolovi, 2015).

Dessa forma, tanto a pobreza quanto a riqueza podem ser interpretadas como consequências de erros e acertos cometidos em vidas anteriores, evidenciando a causalidade presente na doutrina espírita. Contudo, a doutrina também enfatiza o livre-arbítrio, que concede ao indivíduo a capacidade de mudar o rumo de sua vida a partir de novas escolhas (Camurça, 2016).

Partindo dessas concepções, a condição de pobreza que uma pessoa vive, é um estado temporário e na vida atual, é essencial que ela busque a renovação espiritual, cultivando o amor próprio e bons valores, como um tipo de caridade para consigo. A perspectiva do espiritismo proporciona uma ampliação da compreensão de existência, que está interconectada e regida por leis superiores espirituais e da natureza. Esse olhar atravessa o materialismo da Terra e facilita ao indivíduo identificar quais são as raízes profundas de seus problemas e dificuldades que arruinam o bem-estar moral, para que possa alcançar soluções mais perduráveis (Federação Espírita Brasileira, 2002). O senso de caridade e solidariedade está presente na doutrina espírita, que, segundo a Federação Espírita Brasileira (2002), fundamenta-se em princípios associados à ideia de justiça.

2.1.3 Protestantismo

O Protestantismo é outra grande vertente do Cristianismo e teve origem no século XVI, como resultado da Reforma Protestante, que desencadeou diversos conflitos religiosos pela Europa. Este movimento surgiu da necessidade de reformar a Igreja Católica e de rever a maneira como a Bíblia era considerada uma autoridade de fé, destinada somente ao clero. Além disso, a Reforma Protestante também levantou questões sobre as práticas e doutrinas da Igreja Católica, buscando uma interpretação mais direta da Bíblia e um vínculo mais íntimo entre o fiel e Deus. O movimento foi liderado por figuras como Martinho Lutero, João Calvino e Henrique VIII, que deram origem a diversas correntes protestantes (McGrath, 2021).

O protestantismo se diversificou em diversas correntes, cada uma com suas características e ênfases, destacam-se as principais correntes do protestantismo: o *luteranismo* que enfatiza a salvação pela fé e o aspecto social (Modes, 2016); o *calvinismo*, por sua vez, traz ênfase a soberania de Deus, a predestinação e disciplina no trabalho. É composta pelas igrejas presbiterianas; o *anglicanismo* que abarca as igrejas episcopais¹, combina elementos católicos com princípios protestantes; enquanto que o *metodismo* valoriza a experiência pessoal com Deus e o serviço social; a *batista* enfatiza o batismo por imersão e a autonomia das igrejas locais; o *pentecostalismo* que traz o batismo no Espírito Santo, os dons espirituais e a experiência pessoal com Deus, deu origem ao *neopentecostalismo* (Modes, 2016).

¹ Relativo a bispo; bispal.

Relativo à Igreja anglicana ou a alguns de seus ramos; episcopaliano.

O movimento do pentecostalismo se originou nos Estados Unidos e se expandiu de forma rápida mundialmente. Dados do IBGE (1991) e das pesquisas do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) da década de 1990, apontam que esse crescimento ocorreu de forma desigual entre as classes (Mariano, 1999). De acordo com os levantamentos dos Institutos, o perfil socioeconômico dos pentecostais brasileiros na década de 1990 era: Quanto à renda: 33,3% dos protestantes pentecostais apresentavam renda de até dois salários mínimos; 10% recebiam mais de cinco salários mínimos. Quanto à escolaridade: 42% tinham a formação de menos de quatro anos de estudo; 68,3% tinham o ensino fundamental incompleto; sendo 11,2% analfabetos. Quanto ao mercado de trabalho: 8,2% estavam desempregados; 27,2% possuíam trabalho informal. Quanto à Cor/raça: Pardos eram representados pelo percentual de 34,3% e negros, com 11,1% (categoria utilizada na pesquisa do ISER).

Na atualidade, dados do Censo IBGE 2022 apontam que houve um crescimento do percentual de evangélicos desde 2010, representando um marco de 26,9% da população brasileira, esse crescimento não é apenas demográfico, mas também social e político. Os evangélicos possuem uma representatividade na Assembleia Legislativa Federal. Pereira (2023) aponta que esse cenário político de protagonismo evangélico está ligado à Teologia do Domínio ou "Teologia dos Sete Montes", que teria impulsionado protestantes a este processo de mobilização política dos. Essa teologia, segundo o autor, traz a premissa de ocupar espaços de poder e influência em áreas estratégicas da sociedade, afim de concretizar o ensinamento bíblico de expansão do Reino de Deus. A política acaba por ser um dos espaços, pois os montes incluem o governo, a religião, mídia, família, negócios, educação e entretenimento (Pereira, 2023).

Outra teologia que atua no protestantismo é a Teologia da Prosperidade (TP), que surgiu entre as décadas de 1920 e 1940 nos Estados Unidos, mas só se fortaleceu no Brasil na década de 1970, através do bispo Edir Macedo, que fundou a Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo Sousa (2011), a incorporação da TP pelas igrejas neopentecostais reflete a forte influência das estruturas empresariais, onde a organização e a divulgação dessas igrejas seguem os preceitos do mercado. A história da pobreza para a doutrina da TP é acompanhada da antítese, a riqueza, que ainda possui uma única e divergente representação em relação ao pentecostalismo clássico.

A base dessa doutrina sustenta que a humanidade foi completamente libertada do pecado original e de todo sofrimento, tanto físico quanto espiritual. Assim, livres, os indivíduos estão destinados a uma vida de plena felicidade, saúde e prosperidade material

aqui na Terra. Para alcançar essas bênçãos, é necessário declarar e viver como um cristão de fé inabalável. Esse ato, conhecido como confissão positiva ou declaração de fé, permite ao fiel reivindicar de Deus o que já lhe pertence por direito divino. A doutrina enfatiza a transferência de riquezas do mundo espiritual para o plano material, onde a salvação se manifesta na prosperidade econômica. Nesse contexto, a busca por bens materiais é vista como evidência da riqueza espiritual do indivíduo (Pinto, 2017).

De maneira prática, a representação da pobreza para a doutrina recai sobre a responsabilidade individual: quem não prospera ou não busca a prosperidade, e não é abençoado. É o indivíduo que não tem fé, não se confessa e sofre influência do inimigo, diabo (Gabatz, 2013). A ligação entre fé inabalável e riqueza material, sem dúvida, cria uma nova visão da pobreza, que entra em choque com os princípios tradicionais do cristianismo. Essa perspectiva reinterpreta as escrituras para justificar a busca por bens materiais e sucesso financeiro, priorizando a fé individual em detrimento da comunidade e da solidariedade.

Como argumentam Sousa (2011) e Pena e Zientarski (2022), as práticas da TP descartam toda a conjuntura socioeconômica que perpetua a desigualdade, possuem caráter neoliberal e reforçam a meritocracia, na qual todo o sucesso e riqueza é resultado de esforços pessoais. Compreende-se então, que dentro dessa teologia que representa uma nova forma de fazer o protestantismo, a pobreza está para a vergonha, maldição e a riqueza está para a bênção, presente sobrenatural enviado por Deus (Garrard-Burnett, 2011).

2.1.4 Religiões de matriz africana (RMA)

As religiões de Matrizes Africanas (RMAs) constituem um conjunto variado de crenças e práticas religiosas criadas majoritariamente por descendentes de negros escravizados. Segundo Da Rocha (2011), o termo Religiões de Matrizes Africanas também é um termo geralmente utilizado para designar as práticas religiosas desenvolvidas pelos negros no território brasileiro. A trajetória das RMAs no Brasil está associada história da escravidão e da opressão dos tempos coloniais, que forçaram os adeptos a modificar suas tradições através do sincretismo religioso. Essa opressão ainda é vivida pelo grupo nos tempos atuais e se revela de formas físicas e simbólicas diariamente, pela intolerância religiosa Da Rocha (2011).

As religiões de matriz africana carregam variações regionais e locais, destacando-se as vertentes: O *Candomblé*, vertente mais antiga, constitui uma transposição direta das

tradições dos povos iorubás, fon e bantos para o território brasileiro. Caracteriza-se primordialmente pelo culto aos orixás – divindades africanas associadas a forças da natureza – (Parés, 2018).; A *Umbanda*, que surgiu Rio de Janeiro no início do século XX, também faz culto aos orixás, no entanto, a Umbanda, apresenta um sincretismo mais amplo, juntando elementos do espiritismo kardecista e católicos. A sincretização deu origem à crença nos caboclos e pretos-velhos, guias espirituais, que se manifestam dentro dos terreiros umbandistas. A religião ressalta a importância da caridade entre os membros, seja espiritual, com trabalhos gratuitos de cura, fraterna ou material (Barbosa Junior, 2013).

É importante discutir que a trajetória histórica e a experiência social dos adeptos das RMAs também se articulam entre estigmas tribais – questões de raça e da religião – (Goffman, 2008), discriminação e racismo. Nesse contexto, a própria noção de laicidade do Estado é percebida e vivenciada de forma distinta por esses grupos. Como argumentam Freire e Gonzaga (2023), para os praticantes de RMAs, ‘a laicidade’ reproduz a herança colonial. De tal forma, entende-se que a intolerância religiosa se trata de um racismo religioso e negligência do Estado.

O censo de caridade na umbanda advém da forte influência do espiritismo kardeciano. Os guias espirituais são incorporados com o intuito de auxiliar os consulentes a lidar com problemas, seja na área da saúde, afetiva ou financeira. Essa prática de caridade não é apenas um objetivo final, mas é visto também como um meio para atingir a ascensão espiritual. Tanto para os médiuns, que almejam uma reencarnação mais favorável, quanto os guias, que buscam se elevar na hierarquia espiritual. A perspectiva de caridade como missão e dever moral aceitos pelos pais-de-santo, é sustentada pelas crenças no processo de evolução espiritual e reencarnação (Negrão, 1993).

Embora a literatura sobre religiões de matriz africana ainda não ofereça uma discussão evidente sobre as representações de pobreza e riqueza, é incontestável a presença de uma rica simbologia que vai além do materialismo. As divindades africanas, ou orixás, carregam um mundo simbólico que faz conexão com a cultura africana, a espiritualidade e a natureza.

Até aqui, discutimos como as representações sociais da pobreza são construções complexas, capazes de moldar as percepções e atitudes das pessoas em relação a esse fenômeno. Ao analisarmos as RS da pobreza dentro de segmentos religiosos, ressaltamos o catolicismo, que possui representações enraizadas na construção social, histórica e cultural do Brasil desde o período colonial, quando a igreja católica desempenhou grande

influência direta nas normas sociais da cultura do país. No próximo tópico, vamos explorar alguns estudos sobre a relação entre os fenômenos da pobreza e religião.

2.2 Estudos sobre a relação entre religião e pobreza

A pesquisa de Mariz (1992) faz uma análise das influências das comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica e as igrejas protestantes pentecostais no Brasil, no comportamento econômico e político das pessoas. A autora destaca que, enquanto o pentecostalismo tende a adotar uma visão individualista e sacramental da realidade, com um respeito incondicional pela autoridade e a crença de que a religião não deve se envolver na política, as CEBs apresentam valores opostos. Estas últimas enfatizam uma abordagem racional e sócio-estrutural, uma atitude crítica em relação à autoridade e a relevância política da religião. Embora o foco principal não seja necessariamente o enfrentamento da pobreza, a autora aponta como as ideologias presentes nessas comunidades podem contribuir tanto para a mobilização social individual quanto para a organização de movimentos políticos, estimulando a leitura e a reflexão crítica sobre a realidade. Ambas as vertentes, embora com ênfases diferentes, compartilham o objetivo de transformação de vida, fornecendo redes de apoio que desenvolvem habilidades de liderança, promovem a alfabetização e incentivam um estilo de vida sóbrio e ascético.

No estudo de Beyers (2014), é discutido o efeito da pobreza na religião, explorando a relação entre os dois fenômenos por meio de uma análise comparativa e fenomenológica. O autor identifica o papel da religião, através de contribuições divididas em três aspectos principais: redirecionar a atenção humana; fornece a base ética para que a sociedade responda adequadamente à pobreza e atuar diretamente no alívio da pobreza. Alguns códigos morais religiosos incentivam a doação e o auxílio aos necessitados, moldando comportamentos mais altruístas. Enquanto algumas interpretações religiosas promovem a solidariedade e a justiça social, outras podem ser usadas para legitimar desigualdades e perpetuar o *status quo*. Ainda que o autor, em seu artigo, não traga explicações sobre quais religiões reforçam ou refutam tal realidade, de modo geral, há representações fatalistas da pobreza em algumas vertentes religiosas, nas quais essa condição pode ser vista como resultado da vontade divina, da provação espiritual ou do carma, junto a uma ética de recompensa pós-morte.

Outra pesquisa que destaca a importância dos fatores socioculturais é a de Rogers e Konieczny (2018). Os autores aprofundam a discussão acerca dos efeitos ambivalentes da

religião na pobreza, através de uma análise comparativa de estudos de caso nos contextos de sociedades ocidentais (como Estados Unidos e Europa) e do Sul global (América Latina e África). Os resultados revelam que a ambivalência dessa relação decorre da natureza da religião, por exemplo, influência de formas distintas: enquanto religiões institucionalizadas, como o cristianismo, promovem redes de apoio social e solidariedade, movimentos religiosos emergentes, como neopentecostalismo tendem a valorizar o empreendedorismo e a busca por prosperidade individual. Além disso das condições econômicas, a estrutura social também é um fator significativo na relação dos fenômenos, uma vez que em sociedades marcadas por desigualdades, a religião pode tanto perpetuar hierarquias quanto engajar grupos marginalizados em lutas por justiça social.

Outro estudo que faz destaque à influência dos aspectos histórico socioculturais é o de Hunt (2002) que investiga a relação entre religião, raça e outros fatores sociais, através de entrevistas e a avaliação de crenças sobre as causas da pobreza. A pesquisa é fundamentada em uma amostra extensa da *General Social Survey* (GSS), uma pesquisa de opinião pública realizada anualmente nos Estados Unidos. A autora analisa o impacto de diversas crenças nas percepções de pobreza entre brancos, afro-americanos e latinos no sul da Califórnia, incluindo participantes católicos, protestantes, judeus e sem vínculo religioso.

As respostas do entrevistados foram divididas em três categorias, de acordo com os modelos teóricos de Feagin (1975) e Kluegel e Smith (1986): (1) Crenças individualistas: medidas com uma escala ($\alpha = 0,67$), é composta pelos seguintes itens: "irresponsabilidade pessoal, falta de disciplina entre aqueles que são pobres", "falta de esforço por aqueles que são pobres", "falta de economia e gestão pessoal do dinheiro" e "falta de habilidade e talento entre aqueles que são pobres"; (2) Crenças estruturalistas: medidas com uma escala ($\alpha = 0,70$), composta pelos itens: "baixos salários em algumas empresas e indústrias", "falha da sociedade em fornecer boas escolas para muitos americanos", "preconceito e discriminação" e "falha da indústria privada em fornecer empregos bons o suficiente" e (3) Crenças fatalistas: medida com um apenas um item "má sorte" para explicar a causa da pobreza. Os resultados indicam que os participantes de tradições religiosas, como protestantes e católicos, tendem a possuir uma visão mais individualista da pobreza, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pela sua situação de pobreza. Por outro lado, pessoas sem afiliações ou membros de minorias religiosas, como judeus e seguidores de outras religiões, mostram maior inclinação para explicações de caráter estrutural, reconhecendo a influência de elementos sistêmicos, como a desigualdade

social e a falta de oportunidades, na reprodução da pobreza. Estes resultados evidenciam como a religião e a intersecção de raça/etnia e o ambiente social, possuem influência na compreensão das causas da pobreza.

No estudo de Will e Cochran (1995), por exemplo, explora a influência da pertença a um grupo religioso na percepção de pobreza, focando em práticas de caridade e superação da pobreza. O estudo se concentra na relação entre o nível de envolvimento religioso e a caridade, analisando como diversos elementos da fé afetam a doação para os pobres. Os dados do GSS de 1986, pesquisa realizada nos Estados Unidos, forneceu a amostra para a realização de regressões múltiplas, que analisaram os impactos da afiliação religiosa, religiosidade, percepção de merecimento e índices de concordância com a máxima "Deus ajuda quem se ajuda". Além disso, foram controlados outros elementos demográficos e socioeconômicos que poderiam afetar a generosidade, como renda, idade, sexo e educação. Os resultados indicam que a caridade direcionada aos pobres, é moldada por aspectos religiosos. Os evangélicos apresentaram uma maior inclinação para a doação. Pertencer a um grupo religioso e participar regularmente das atividades da comunidade apontam uma correlação positiva com a doação, indicando que pessoas mais envolvidas em suas comunidades religiosas tendem a ser mais caridosas. Ademais, a percepção de que os pobres "merecem" auxílio eleva o número de contribuições, sugerindo que a empatia e a convicção de que a pobreza não é culpa do indivíduo estimulam a generosidade.

No capítulo seguinte, serão descritos os métodos utilizados para esta pesquisa, abrangendo desde a elaboração do instrumento de coleta do estudo, análises dos dados e demais aspectos. A análise dos dados proporcionará maior compreensão sobre os fenômenos das RS e demais fenômenos sociais, relacionando-os à pobreza. Ler sobre os conceitos é essencial para partirmos para os próximos capítulos. Além das teorias, investigaremos as expressões de estereótipos, preconceitos e estigmas presentes nas RS dos pobres a partir das análises iniciais do estudo realizado de dados iniciais da pesquisa quanti-qualitativa deste estudo, que teve como objetivo analisar as representações sociais do pobre para religiões diversas.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS

3 Objetivos

Objetivo geral:

- Investigar as representações sociais construídas sobre os pobres por pessoas de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo).

Objetivo específico:

- Analisar a relação da renda mensal familiar nas representações sociais dos pobres.

3.1 Método

A pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida para esta dissertação, trata-se de um estudo exploratório. O estudo exploratório tem como objetivo principal, familiarizar-se com o fenômeno investigado, de modo que os próximos estudos possam ser projetados com maior precisão e compreensão dos aspectos (Gil, 2008). Para uma exploração mais aprofundada dos aspectos aqui estudados, o foco do trabalho foi direcionado para diferentes religiões, identificando e analisando as representações sociais de pobreza associadas a elas.

3.1.1 Participantes

Os participantes do estudo são 22 estados, dado o alcance do questionário online na *Internet*, pela rede social de divulgação *Instagram*. Foram obtidas 302 respostas, porém 298 foram consideradas por responderem a todas as perguntas. A idade média dos participantes foi de 38,26 anos, (Desvio Padrão = 15,99), com idade mínima de 18 anos e máxima de 80 anos. Em relação ao gênero, 58,9% eram do gênero feminino, 39,5% do masculino e 1% não-binário e 0,3% selecionaram outro gênero. Quanto a etnia, de acordo com as alternativas propostas no formulário, observou-se que os maiores percentuais de autoclassificação foram: branco com 56,7%, 21,8% escolheram a opção “outro”, negro 20,5% e os menores índices para indígena 0,7% e asiático 0,3%. Quando perguntados se tinham religião, 50,7% responderam que sim.

Quanto a renda equivalente a soma do rendimento familiar, foram obtidas as frequências de 31,9% categorizados como classe D/E o que representam a renda entre menos de um salário até 3 salários mínimos; 23,5% para a classe C que representa 3,1 até 6 salários mínimos; 44,6% para classes A/B que representam 6,1 até 9 salários mínimos. Essas categorias foram consideradas com base na classificação econômica aplicada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2015). Em relação ao grau de escolaridade, obteve-se os seguintes resultados: 41,6% pós-graduação; 24,2% ensino

superior completo; 22,5% ensino superior incompleto; 8,4% ensino médio completo; 3% ensino médio incompleto e 0,3% ensino fundamental incompleto.

Por fim, quanto a parte do Brasil em que os respondentes residem, foram identificados e distribuídos nas seguintes regiões e frequências: Ceará: (31,1%); Sergipe: (23,1%); São Paulo: (9,4%); Rio Grande do Sul: (5,4%); Alagoas: (5,0%); Bahia: (4,7%); Rio de Janeiro: (3,7%); Minas Gerais: (2,7%); Goiás: (2,3%); Piauí: (2,0%); Distrito Federal: (1,7%); Paraná: (1,7%); Santa Catarina: (1,7%); Espírito Santo: (1,3%); Paraíba: (1,3%); Amapá: (0,7%); Pernambuco: (0,7%); Amazonas: (0,3%); Maranhão: (0,3%); Mato Grosso: (0,3%); Mato Grosso do Sul (0,3%) e Tocantins: (0,3%).

3.1.2 Procedimentos e instrumento

A coleta de dados ocorreu de forma online em maio de 2024, via questionário eletrônico (Anexo A). Os participantes da pesquisa foram localizados aleatoriamente por meio de mídias sociais, através da página de divulgação “Brasileiro precisa ser estudado” no *Instagram* (Anexo B) e grupos do aplicativo de mensagem do *Whatsapp*, sendo convidados por meio de um texto informativo contendo o tema da pesquisa, o público alvo e o *link* de acesso para o formulário. A coleta foi realizada de forma anônima, de modo que nenhum dado pessoal de identificação do sujeito fosse armazenado.

Neste estudo, utilizamos um questionário online, hospedado na plataforma *Google Forms*, para obter dados sobre as representações sociais da pobreza a partir da perspectiva de diferentes religiões no Brasil. O instrumento foi estruturado para coletar informações sociodemográficas dos participantes, como idade, gênero, nível de escolaridade, profissão, renda mensal familiar e região de residência. A seção principal do questionário foi dedicada à investigação das representações sociais. Os participantes foram solicitados a responder a duas questões abertas: 1) "Quais são as primeiras 3 palavras que vêm à sua mente quando você pensa em pessoas pobres?"; e 2) "Agora, por favor, classifique essas palavras em níveis de importância, sendo a primeira a mais importante e a terceira a menos importante".

3.2 Aspectos éticos

O referido trabalho apresenta dados que foram coletados a partir de um projeto de pesquisa mais amplo, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, bem como ao Sistema Plataforma Brasil, responsável pela análise e aprovação de pesquisas, e apresenta parecer aprovado com o número do CAAE 73038923.3.0000.5546. Foram seguidos os

termos descritos na Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, referentes às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisa foi conduzida de acordo com os preceitos éticos e as disposições estabelecidas no documento de referência. Foi elaborado um Registro de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisas em Ambiente Virtual (RCLE) (Anexo C), no qual foram apresentados, de forma detalhada e compreensível, os objetivos do estudo, os procedimentos a serem adotados, os possíveis riscos e benefícios, bem como os direitos dos participantes, incluindo a liberdade de interromperem sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

3.3 Análises de dados

Para a análise dos dados coletados para esse estudo, foram utilizados os softwares do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e IRAMUTEQ. Através dos dois softwares foi possível realizar estatísticas, das descritivas às multivariadas e de análise textual, a fim de compreender de forma abrangente as representações sociais investigadas. No SPSS, foram realizadas as análises descritivas – médias, desvio padrão e frequências – para caracterizar o perfil da amostra e oferecer uma visão panorâmica das respostas, permitindo verificar a tendência central e a variabilidade dos dados. A tabulação cruzada e o teste Qui-quadrado foram utilizados com o propósito específico de identificar associações e padrões entre variáveis categóricas, como as características sociodemográficas dos participantes e suas percepções. Por fim, a Análise de Correspondência foi empregada com o intuito de explorar e visualizar graficamente as relações entre as categorias de respostas, para identificar as proximidades e distanciamentos entre os grupos analisados. No IRAMUTEQ, buscou-se analisar o conteúdo textual das evocações dos participantes através de Análises Prototípicas com o objetivo de mapear a estrutura interna das representações sociais, identificando as hipóteses de núcleo central e sistema periférico. Por sua vez, a Análise de Similitude teve como finalidade mapear as conexões entre as evocações, revelando a rede de significados e os eixos temáticos que constituem o campo representacional.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

4 Resultados

Para as análises de frequências das variáveis sobre pertencimento a uma religião e renda familiar, foram recodificadas em variáveis diferentes, permitindo assim fazer agrupamentos para facilitar a análise.

Assim, das 151 pessoas que informaram possuir religião foram divididas em 4 categorias, que são: católicos, espíritas, evangélicos/protestantes e matriz africana. Foram obtidas maiores frequências 57,3% católicos; 17,6% espíritas; 13,17% evangélicos/protestantes e 11,5% religiões de matriz africana para a pergunta “Se sim, qual a sua religião?” (Tabela 1) de todas as religiões mencionadas pelos participantes (Tabela 2).

Tabela 1

Distribuição de Maior Frequência por Religião

Religião	Frequência	% Válida
Católica	75	57,3
Espírita	23	17,6
Evangélicos/Protestantes	18	13,7
Matriz Africana	15	11,5
Total	131	100,0

Tabela 2

Distribuição de Frequência Total por Religião

Religião	Frequência	% Válida
Adventista	1	0,7%
Batista	1	0,7%
Budismo	1	0,7%
Candomblé	5	3,3%
Catolicismo	75	49,7%
Cristã	13	8,6%
Espiritismo	23	15,2%
Espiritualismo	2	1,3%

Religião	Frequência	% Válida
Evangélica	8	5,3%
Gnóstica	2	1,3%
Hinduísmo	1	0,7%
Mórmon	1	0,7%
Protestantismo	7	4,6%
Taoísmo	1	0,7%
Umbanda	10	6,6%
Total	151	100,0%

As evocações obtidas nas questões abertas “Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua mente quando você pensa em pessoas pobres?” “Agora, por favor, classifique essas palavras em níveis de importância, sendo a primeira a mais importante e a terceira a menos importante”, foram submetidas a uma análise de conteúdo, seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977). Inicialmente, as respostas foram listadas e numeradas para facilitar a organização. Posteriormente, foram agrupadas em categorias temáticas, considerando a similaridade de significado e contexto. Os critérios de agrupamento incluíram a identificação de palavras-chave e a análise do sentido geral da evocação. Ao todo, foram identificadas dez categorias principais: governança e política, sentimentos/emoções, modelos econômicos, preconceito, traços negativos, traços positivos, religiosidade, piedade, infraestrutura e saúde. A Tabela 3 apresenta todas as evocações de cada categoria, com destaque nas palavras-chave em *bold*.

Tabela 3

Composição das categorias a partir das respostas à pergunta “Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua mente quando você pensa em pessoas pobres?”

Categorias	Evocações
1. Governança e política	Negligência/Sem assistência/Desproteção social/Assistência/Descaso/ Ausência/Desatenção/Desamparo/Desassistida/Desamparado/Indiferença/ Esquecimento/Esquecidos/Invisíveis/Invisibilidade; Educação/ baixa escolaridade/conhecimento/Falta de estudo/Falta de conhecimento/Desinformação; Oportunidade/Falta de boas oportunidades/Falta de oportunidade/Sem oportunidade; Governo/Política(s) pública(s)/Falha do sistema/desgoverno/Governo de esquerda/Corrupção; Justiça/Direito/Injustiça; Social/Sociedade/Dessocialização; Política/Político; Fome/Insegurança alimentar/comida/Alimentação/Pão/Sede; Problemas/Preocupação/Solução; Sem moradia/Desabrigados;
2. Sentimentos e emoções	Raiva; Medo; Angústia/aflição/Estresse/Desespero; Tristeza/Triste/Infeliz/Desilusão/Frustração; Sofrimento/Dor;
3. Modelos econômicos	Compaixão/Empatia (Emoções positivas); Revolta Desigualdade/Desigualdade social/Disparidade/Desigualdade de renda/Desigualdade socioeconômica; Escassez/Miséria; Capitalismo/Neoliberalismo/Liberalismo; Dificuldade/ Dificuldades/Atraso; Exploração/Explorados/Roubados; Exclusão/Desfavorecimento/Desfavorecido; Renda/Sem dinheiro/Dinheiro/Baixa renda/Falta de dinheiro/Recurso/manutenção do status//Concentração de renda/Má distribuição de renda; Meritocracia/Legado; Equiparação/Igualdade; Bilionário/Burguesia; Dívida/Endividado/Falência; Economia; Necessidade/carência/Necessitadas/Necessitado/Falta/Insuficiência/Ineficiência; Trabalho/emprego/Informalidade/Desemprego/Empregada(função)/trabalhadores

Categorias	Evocações
4. Percepção do Preconceito	Marginalização/Marginalizados/Marginalizadas/Margem/Abandono(s)/abandono político; Segregação/Restrição/Limitação/Privação; Preta/Preto/Negros; Colonialismo/Branquitude; Minoritarizados/Minorias; Violência/Violência policial/Opressão/Violências; Escravidão; Discriminação/desumanidade; Racismo/Racismo Ambiental/Facismo; Preconceito(s)/aporfobia; África
5. Traços Negativos	Sujo/Sujeira/Fedor; Cansado/Cansaço; Roupas/mal vestida/Roupas/Vestir/Frio; Preguiçoso/Comodismo; Negativo/ruim/Espírito/Possessão; Mediocre; Ingenuidade/Ignorância; Desorganização/Confusão; Insegurança/Baixa estima; Massa de manobra/Manipulação/Manipuláveis/ Alienação/Dominação; Fardo; Não quer aprender/Não estuda; Excesso de filhos; Humilhadas/Vergonha; Esmoláu/morador de rua/Sem-teto/Chão de terra;
6. Traços Positivos	Sinceridade/Honestidade/Seriedade/Dignidade/dignidade roubada; Simplicidade/Simples/Humildade/Humildes; Esperteza/Criatividade/Perseverança/Resiliente/Resiliência/Resistência;
7. Religiosidade	União/Inclusão; Perseverança/Resiliente/Resiliência/Resistência; Luta/Batalhadores/Lutadores/Guerreiros/Garra Religiosidade/Deus/Comunhão/Renúncia; Religião; Resignação/Submissão; Espírito/Possessão
8. Piedade	Solidariedade/Caridade/Ajuda/suporte/ apoio/Assistência/Amparo/Carinho/Humanismo/Compreensão; Coitado/Lascado/Vítimas
9. Infraestrutura	Saneamento básico/Falta de saneamento básico/Esgoto; Infraestrutura/Estrutura; Precariedade/Moradia precária/Moradia insalubre/Insalubridade/Precarização; Inacessibilidade/acesso; Vulnerabilidade/Riscos/Segurança/Proteção; Periferia/Favela/Comunidade; Rua/Casa/Moradia/Habitação/Espaço territorial
10. Saúde	Saúde; Doença; Magreza; Desnutrição; Higiene

Cada categoria foi composta por palavras que se aproximavam em seu sentido, permitindo um agrupamento em temáticas relacionadas à pobreza. A primeira categoria, **Governança e Política**, reúne palavras que abordam questões relacionadas ao papel do governo do Estado, assistência social, educação, políticas públicas e falta de oportunidades. A segunda categoria, **Sentimentos e Emoções**, traz palavras que representam sentimentos e emoções tanto positivas e negativas quanto também ambíguas em relação à pobreza. A terceira categoria, **Modelos Econômicos**, traz termos que relacionam à aspectos mais estruturantes da desigualdade, como economia, dívida, exploração e desigualdade de renda. A quarta categoria, **Percepção do Preconceito**, reúne palavras que se relacionam a discriminação, diferentes tipos de violência. A quinta categoria, **Traços Negativos**, agrupa expressões associadas a estereótipos comumente direcionados aos pobres, como preguiça e ignorância. A sexta categoria, **Traços Positivos**, contém termos relacionados a valores morais comumente associados aos pobres como humildade e honestidade. A sétima categoria, **Religiosidade**, traz palavras relacionadas à prática religiosa ou à espiritualidade. A oitava categoria, **Piedade**, é composta por termos que se relacionam às práticas de solidariedade, caridade e ajuda mútua. A nona categoria, **Infraestrutura**, engloba palavras que relacionam aspectos estruturais e físicos, como condições de moradia, falta de saneamento básico e segurança e inacessibilidade. Por fim, a décima categoria, **Saúde**, traz expressões que relacionam a saúde, com destaque a saúde física como magreza e desnutrição, e higiene (falta de cuidados básicos).

Tabela 4

Análise de Tabulação Cruzada I - Distribuição de Respostas por Categoria e Religiosidade das enunciações evocadas pelo termo “pessoas pobres”

Categoria	% sem Religião	% com Religião	% Total
1. Governança e política	44,4	55,6	100
2. Sentimentos e Emoções	48,6	51,4	100
3. Modelos econômicos	52,0	48,0	100
4. Percepção do Preconceito	66,7	33,3	100
5. Traços Negativos	44,8	55,2	100
6. Traços Positivos	39,3	60,7	100

7. Religiosidade	66,7	33,3	
8. Piedade	27,3	41,1	100
9. Infraestrutura	58,9	72,7	100
10. Saúde	58,3	41,7	100

Foram realizadas Análises de contingência através de testes Qui-Quadrado, uma técnica que permite examinar a relação entre variáveis categóricas. Para execução da análise, as três evocações foram mescladas e transformadas em uma só variável, vista na análise como o ‘conjunto de respostas múltiplas’. Essa variável foi rodada nas três tabulações cruzadas: 1ª. Com a variável “Possui religião? (Sim/Não)”, 2ª. Com a variável “Se sim, qual a sua religião?” e 3ª. “Qual a renda mensal da sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram com você)?”. Os resultados encontrados indicam que proporções maiores de respostas de pessoas com religiões, se deu nas categorias Piedade 72,7%; categoria Traços Positivos 60,7%; categoria Governança e política 55,6%; categoria Traços Negativos 55,2% e na categoria Sentimentos e emoções negativas 51,4%. A associação mais forte às categorias Piedade e Traços Positivos e a religiosidade pode indicar que pessoas religiosas tendem a representar o pobre a piedade, virtude que pode incluir devoção religiosa ou espiritualidade. Esse fator inclui a noção de caridade, ajuda, compaixão e pode influenciar comportamentos altruístas em relação aos pobres. Já a associação às categorias Governança e política e Percepção do Preconceito, indica condições de vulnerabilidade social e desigualdade, devido a problemas sociais interligados e falhas do Estado e políticas públicas, como negligência, desproteção social, fome, falta de acesso à educação, injustiça e falta de oportunidade.

Quanto ao segundo cruzamento das variáveis (Tabela 5) os resultados indicam que na categoria Governança e política 56,8% das respostas que escolheram essa categoria foram católicos; enquanto 19% foram evangélicos/protestantes; 16,4% foram espíritas e 8,6% religião de matriz africana. As palavras desta categoria se unem em um tema principal: a vulnerabilidade e a exclusão social de grupos específicos. Apresentando uma realidade de desigualdades, onde a impossibilidade de acesso a necessidades fundamentais, como saúde, educação e habitação, é intensificada pela falta de atenção do governo e pela discriminação.

Tabela 5

Análise de Tabulação Cruzada II- Distribuição de Respostas por Categoria e Religiões Específicas das enunciações evocadas pelo termo “pessoas pobres”

Categoria	Matriz africana	Católica	Evangélica/ Protestante	Espírita	Total
1. Governança e política	8,6%	56,0%	19,0%	16,4%	100%
2. Emoções e sentimentos	3,1%	59,4%	9,4%	28,1%	100%
3. Modelos econômicos	14,9%	56,1%	13,2%	15,8%	100%
4. Percepção do Preconceito	11,8%	58,8%	17,7%	11,8%	100%
5. Traços Negativos	28,0%	48,0%	4,0%	20,0%	100%
6. Traços Positivos	6,7	53,3	6,7	33,3	100
7. Religiosidade	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%	100%
8. Piedade	0,0%	62,5%	6,3%	31,3%	100%
9. Infraestrutura	28,0%	56,0%	8,0%	8,0%	100%
10. Saúde	0,0%	75,0%	25,0%	0,0%	100%
Total	11,8%	57,5%	13,4%	17,3%	100%

Na categoria Sentimentos e emoções, que aborda os sentimentos e emoções associados à experiência da pobreza, católicos tiveram proporção significativa de respostas 59,4%, espíritas 28,1%, 9,4% evangélicos/protestantes, 3,1% matriz africana. A alta frequência de respostas relacionadas à infraestrutura, moradia e saneamento básico sugere uma preocupação com acesso aos serviços básicos que os pobres não têm.

Ao analisar a categoria Modelos econômicos, observou-se que 56,1% das respostas são de católicos, enquanto apenas 15,8% são de espíritas, 14,9% foi de matriz africana e

13,2% de evangélico/protestante. Os resultados sugerem uma preferência pela categoria 3 entre os católicos.

Na categoria Preconceito, católicos apresentaram a maior proporção de respostas que se refere a 58,8%, indicando que a categoria 4, que se relaciona com questões de preconceito, está mais associada à percepção de pobreza desse grupo. As outras religiões apresentaram proporções menores, com 17,6% das respostas de evangélicos/protestantes; 11,8% de espíritas; 11,8% de matriz africana

Na categoria Traços Negativos, apresenta uma alta proporção de respostas de católicos com 48%; seguido por 28% de matriz africana; 20% de espíritas e 4% evangélicos/protestantes. Essa categoria revela a existência de estigmas e preconceitos associados à pobreza, tal como “sujeira”, “comodismo”, “excesso de filhos”, “não quer aprender/não estuda”, “esmoléu”.

A categoria Traços Positivos é dominada pelas respostas de católicos com 53,3% e espíritas com 33,3%, indicando que essa categoria pode abordar temas que ressoam com essas duas religiões. Com menor proporção, 6,7% das respostas foram de matriz africana e evangélicos/protestantes. A categoria 6 Traços Positivos, engloba termos que evocam qualidades e atributos valorizados socialmente, frequentemente associados à superação e à resiliência.

Na categoria Religiosidade, houve a ausência de evangélicos/protestantes e de matriz africana. Contudo, a categoria apresentou o menor número de respostas, o que dificulta uma análise mais aprofundada. No entanto, foi possível observar a prevalência das respostas entre católicos com 66,7% e espíritas 33,3%. Essa categoria abrange questões voltadas para a experiência religiosa e espiritual, em dimensão coletiva ou individual e subjetiva. A associação com essas religiões, afirmam que tanto católicos quanto espíritas percebem a pobreza como algo que vai além da simples condição material.

Na categoria Piedade, católicos 62,5%, evangélicos/protestante 6,3%, espíritas 31,3%, evangélicos/protestantes 6,3% e matriz africana representa 0% do total da categoria. Os valores indicam que a categoria 8 aponta maior afinidade para as pessoas que se identificam com a religião católica e espírita. Ambas destacam a relevância da caridade e da compaixão em relação aos pobres. A escolha dessa categoria revela uma forte inclinação para o desejo de ajudar os outros, a solidariedade e a preocupação com o bem-estar. No entanto, a análise também aponta para uma certa complexidade na percepção da piedade. A presença dos termos “coitado” e “lascado” indica que essas atitudes sejam vistas como paternalistas.

Na categoria Infraestrutura, a religião católica apresenta maior proporção com 56%, seguida pelas religiões de matriz africana 28% e 8% para evangélicos/protestantes e espíritas. Essa categoria engloba um conjunto de problemas relacionados à falta de infraestrutura adequada, vulnerabilidade e desigualdade social e espacial.

Por fim, na categoria Saúde, as religiões católica apresenta 75% e evangélicas/protestantes 25%, com ausência das demais religiões. Essa categoria traz questões relacionadas à saúde/ doença. Essas associações podem sugerir uma preocupação sobre o acesso aos serviços de saúde para os grupos mais vulneráveis. No entanto, ao utilizar o termo “desnutrição” às pessoas pobres, além de indicar que a pobreza é um fator de risco para a desnutrição, também sugere uma representação simplista, uma vez que a desnutrição tem várias causas, que vão além das condições socioeconômicas. Pessoas de qualquer classe social podem sofrer com as consequências da baixa nutrição.

Foi analisada a relação entre a primeira variável de evocações e a variável de religião (possui religião? Sim/Não) em uma amostra de 285 indivíduos, através dos testes de qui-quadrado. Os resultados indicam que não encontramos evidências estatísticas suficientes para afirmar que existe uma relação entre as variáveis analisadas. Os testes de qui-quadrado de Pearson ($\chi^2=13,374$, $gl=9$, $p=0,146$) e da razão de verossimilhança ($\chi^2=13,898$, $gl=9$, $p=0,126$) apresentaram valores de p superiores a 0,05, o que não permite rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis. Ressalta-se que a contagem mínima esperada para a realização desses testes era de 1,47.

A análise dos dados (Tabela 6) revela uma notória estratificação das percepções públicas conforme a classe de renda. Os resultados indicam que temas associados à Governança e Política e Preconceito são predominantemente citados pela classe A/B (49,4% e 53,3%, respectivamente), sugerindo uma maior pertinência ou conscientização dessas questões entre o público de alta renda.

Padrão semelhante é observado em categorias como Religiosidade, Saúde e Emoções e Sentimentos. A classe A/B apresentou maior frequência de menções com percentuais de 66,7%; 58,3% e 60%, respectivamente. Contudo, a categoria Emoções e Sentimentos demonstra uma distribuição relevante de todas as classes, ainda que com menor intensidade nas classes C, D/E.

Em contraste, a categoria Traços Positivos foi majoritariamente associada à classe D/E com 46,4%, indicando que as preocupações ligadas a essa dimensão são mais comuns entre pessoas de baixa renda. Já em Modelos Econômicos, as respostas se equilibram entre

as classes A/B e D/E com 37,6% cada, demonstrando sua relevância transversal, embora com menor expressividade na classe C com 24,7%.

As demais categorias—Traços Negativos, Piedade, e Infraestrutura—apresentam distribuições mais equilibradas, mas com ligeira predominância da classe A/B. Este panorama evidencia que a classe socioeconômica é um fator significativo na forma como diferentes temas são percebidos e priorizados pela população.

Os testes de qui-quadrado aplicados para avaliar a associação entre as variáveis, em uma amostra de 119 casos, não indicaram uma relação estatisticamente significativa. Os resultados dos testes de Pearson ($\chi^2=23,454$, $gl=24$, $p=0,493$) e da razão de verossimilhança ($\chi^2=29,729$, $gl=24$, $p=0,194$) apresentaram valores de p superiores ao nível de significância de 5%, sugerindo a independência entre as variáveis. O teste de associação linear por linear ($\chi^2=0,364$, $gl=1$, $p=0,546$) também não evidenciou uma relação linear entre as variáveis. A baixa contagem mínima esperada é de 0,25.

Tabela 6

Análise de Tabulação Cruzada III - Relação entre Classe social e as Categorias de Evocação das enunciações para o termo “pessoas pobres”

Categoria	Classe A/B (%)	Classe C (%)	Classe D/E (%)	Total (%)
1. Governança e política	49,4	20,3	30,3	100
2. Sentimentos negativos	60,0	17,1	22,9	100
3. Modelos econômicos	37,6	24,7	37,6	100
4. Percepção do Preconceito	53,3	28,3	18,3	100
5. Traços Negativos	44,8	17,2	37,9	100
6. Traços Positivos	32,1	21,4	46,4	100
7. Religiosidade	66,7	11,1	22,2	100
8. Piedade	40,9	40,9	18,2	100
9. Infraestrutura	41,1	28,8	30,1	100
10. Saúde	58,3	16,7	25,0	100
Total	91 (31,6%)	66 (22,9%)	131 (45,5%)	288 (100%)

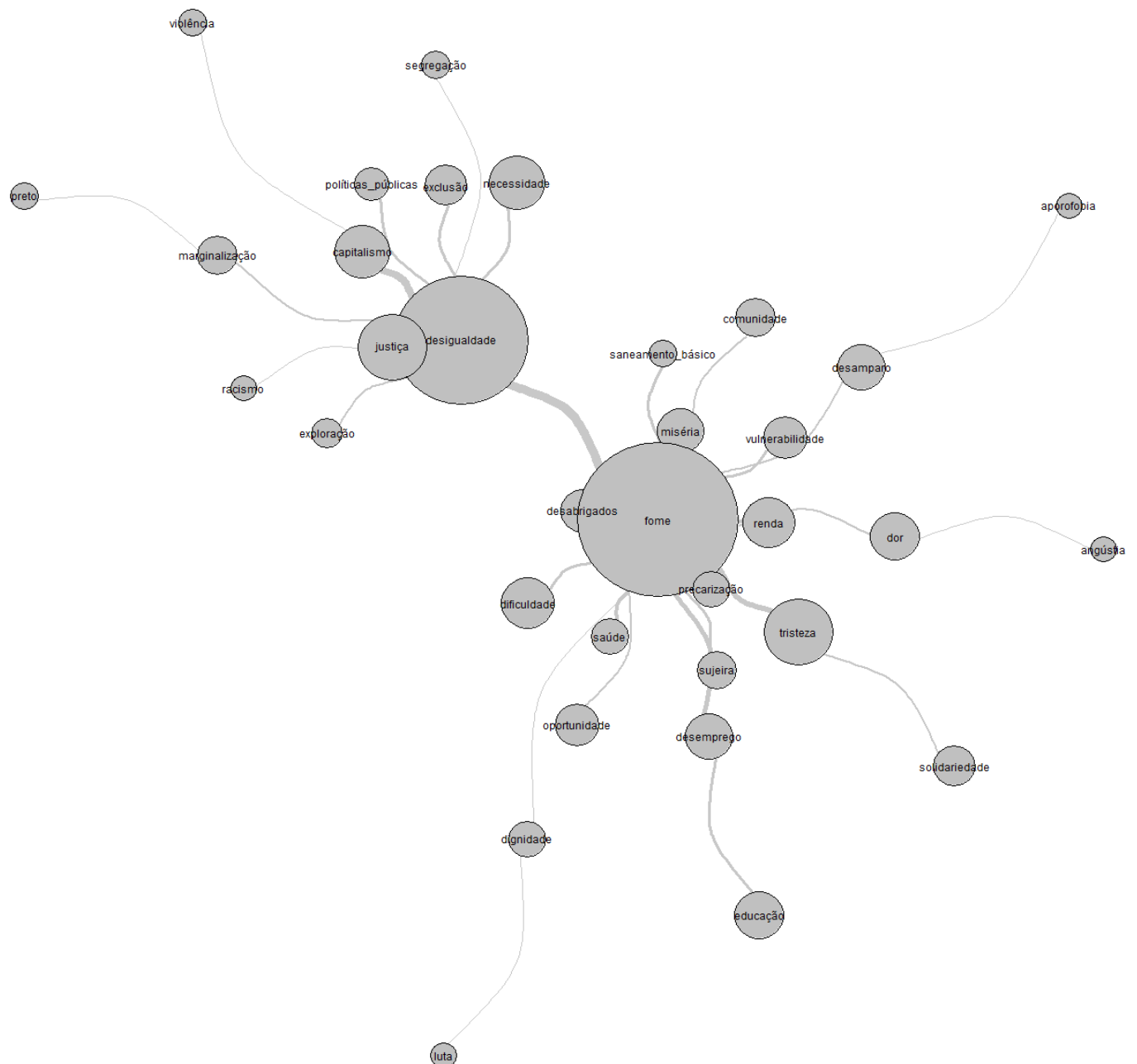
As primeiras análises indicaram uma forte ligação entre religiosidade e as percepções acerca da pobreza. Aspectos morais e espirituais, como a piedade e características positivas, mostraram uma relação significativa com a religiosidade, especialmente entre os católicos e espíritas. Em contrapartida, questões estruturais como governança e política revelaram uma conexão mais estreita com a classe social, sendo mais pertinentes para os participantes das classes A/B, enquanto que a atribuição de traços positivos é menor na Classe C. A análise das associações ligadas à religiosidade apontou que os católicos tendem a vincular a pobreza a aspectos morais e espirituais, enquanto os espíritas destacam a dimensão social da questão. A visão de seguidores de religiões de origem africana, embora menos representada na amostra, apresentou uma abordagem mais crítica e engajada em relação às desigualdades sociais. Ressalta-se que a associação de

traços negativos ao pobre foi mais comum nas classes A/B e D/E, o que indica que os estereótipos relacionados ao pobre afetam diferentes grupos sociais. Enquanto que a atribuição a traços positivos apresenta uma proporção menor na classe C.

A análise da associação entre as respostas da primeira ordem de evocação à pergunta norteadora e a variável “Qual a renda mensal da sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram com você)?” revelou evidências estatísticas significativas, conforme o resultado do teste de qui-quadrado $\chi^2(18) = 34,54$, $p = .011$. Em seguida, procedemos a uma análise de similitude das evocações. A análise de similitude é uma ferramenta fundamental para a compreensão da estrutura cognitiva subjacente às representações sociais (Sá, 2002). Como apontam Donato et al. (2017), essa abordagem permite quantificar a relação entre os elementos de uma representação e testar hipóteses sobre a centralidade de determinados elementos. De todas as respostas obtidas pela pergunta enunciadora “Quais são as primeiras 3 palavras que vêm à sua mente quando você pensa em pessoas pobres?”, foram identificadas palavras-chave para facilitar a compreensão e processo de análise, como demonstra a figura 1.

Figura 1

Análise de similitude



As palavras que abarcam uma dimensão social como “desigualdades”, “justiça”, “capitalismo” e “exploração” sugerem que o pobre está incluído em um problema social complexo, que é consequência de fatores estruturais e sistêmicos. Na nuvem, também pode-se notar a presença de termos mais explícitos associados ao preconceito e discriminação, como “exclusão”, “marginalizados”, “marginalização” e “racismo”.

Palavras como “tristeza”, “dor” e “angústia” revelam as dimensões emocionais associadas aos pobres, tanto para quem a vivencia quanto para quem a observa. Quanto à frequência destaca-se que a palavra “fome” apresenta o percentual 12,2% das ocorrências, seguida por “desigualdade” com 9,72%; “tristeza” e “justiça” com 4,27% e “capitalismo” e “necessidade” com 3,32% de frequência. A análise de similitude sinalizou uma forte ligação entre as palavras “fome” e “desigualdade”, e suas associações com as palavras “desabrigados”, “miséria”, “justiça” e “capitalismo”.

Os dados indicam uma relação ambígua entre religiosidade e as representações sociais dos pobres. De um lado, a crença religiosa parece atribuir um valor moral e espiritual à condição de ser pobre, associando-se a princípios como generosidade e dignidade humana. Por outro lado, também são identificados estereótipos negativos, como a preguiça e a irresponsabilidade, o que demonstra a presença de discursos religiosos que ao mesmo tempo validam e criticam as desigualdades sociais. Essa dualidade ressalta a importância de investigar as interações entre as representações sociais dos pobres e a religião, levando em conta as particularidades históricas e culturais de cada grupo religioso.

Para investigar as representações, foram realizadas duas análises prototípicas de Vergés (2002) da matriz de respostas geradas da pergunta norteadora do estudo, considerando a variável dicotômica “*Possui religião?*” (sim/não). De acordo com Vergés (2002), os quadrantes dois e três trazem elementos que, mesmo não sendo tão evidentes na estrutura da representação, possuem relevância na sua organização. A zona do núcleo central compreende palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação, porém é importante enfatizar que na análise prototípica, a zona de núcleo central não corresponde automaticamente ao núcleo central da representação social, pois trata-se de hipóteses (Sá, 1996; Abric, 2003; Flament & Rouquette, 2003).

O segundo quadrante engloba elementos que, embora tenham uma alta frequência de menção, foram mencionados em posições mais distantes; por outro lado, no terceiro quadrante, encontram-se elementos com uma baixa frequência de menção, mas que foram previamente mencionados. O quarto quadrante engloba elementos da periferia mais distante ou na segunda periferia, incluindo os elementos que foram menos mencionados e pouco lembrados inicialmente pelos participantes.

Assim, foram realizadas duas análises prototípicas pelo software IRAMUTEQ, uma com as respostas dos 151 participantes que possuem religião e outra, com as respostas dos 147 participantes que não possuem religião. Além dos dados dessa variável, os

participantes forneceram três respostas de evocação à palavra-estímulo “pobres”; é um estudo voltado para a exploração inicial da estrutura da representação social sobre os pobres. A análise é estruturada em quatro quadrantes, onde o primeiro compreende a zona central, que inclui as palavras identificadas pelo software com alta frequência e baixa ordem de evocação.

Assim, no *Quadro X*, fizemos a ilustração comparativa de resultados das duas análises prototípicas geradas. Para os resultados dos que possuem religião, a inclusão das palavras nos quadrantes levou em conta uma frequência mínima de 5. A Ordem Média de Evocação (OME) foi definida em 1.93, de tal forma, palavras com uma OME inferior a esse valor foram categorizadas como de baixa ordem de evocação (mais centrais). No que diz respeito à média geral das frequências, atingiu 13.15. Já para os resultados da análise com os dos que não possuem religião, a inclusão das palavras nos quadrantes também levou em conta uma frequência mínima de 5, porém a Ordem Média de Evocação (OME) foi definida em 1.96, de tal forma, palavras com uma OME inferior a esse valor foram categorizadas como de baixa ordem de evocação (mais centrais). No que diz respeito à média geral das frequências, atingiu 11.86.

Figura 2

Análise Prototípica I - Grupo que possui religião

<= 1.93 Rangs > 1.93

< 13.15 Fréquences >= 13.15	Zone du noyau	Première périphérie
	fome-57-1.6 desigualdade-35-1.7 justiça-17-1.9	necessidade-16-2.1 desamparo-15-2.1 dificuldade-14-2.1 tristeza-14-2.3 solidariedade-14-2.4
	Elements contrastés	Seconde périphérie
	miséria-13-1.7 renda-12-1.8 raiva-8-1 periferia-8-1.6 político-8-1.3 sujeira-8-1.8 capitalismo-5-1.8 mal_vestida-5-1.8	educação-13-2 desemprego-12-2.4 dignidade-11-2.3 exclusão-11-2 desabrigados-11-2.5 oportunidade-10-2.3 sofrimento-9-2.2 vulnerabilidade-8-2 batalhadores-7-2.1 precarização-6-2.2

Na *Figura 3*, ilustram-se os resultados da análise prototípica das respostas dos participantes que não possuir religião. A inclusão das palavras nos quadrantes levou em conta uma frequência mínima de 5, porém a Ordem Média de Evocação (OME) foi definida em 1.96, de tal forma, palavras com uma OME inferior a esse valor foram categorizadas como de baixa ordem de evocação (mais centrais). No que diz respeito à média geral das frequências, atingiu 11.86.

Descrição dos quadrantes da Figura 2

No núcleo central, encontram-se as palavras mais predominantes: “fome” (57-1.6), “desigualdade” (35-1.7) e “justiça” (17-1.9); termos presentes nas categorias de análise 1 e 3, que se refere a questões relacionadas a governança e política e questões relacionadas a modelos econômicos, respectivamente.

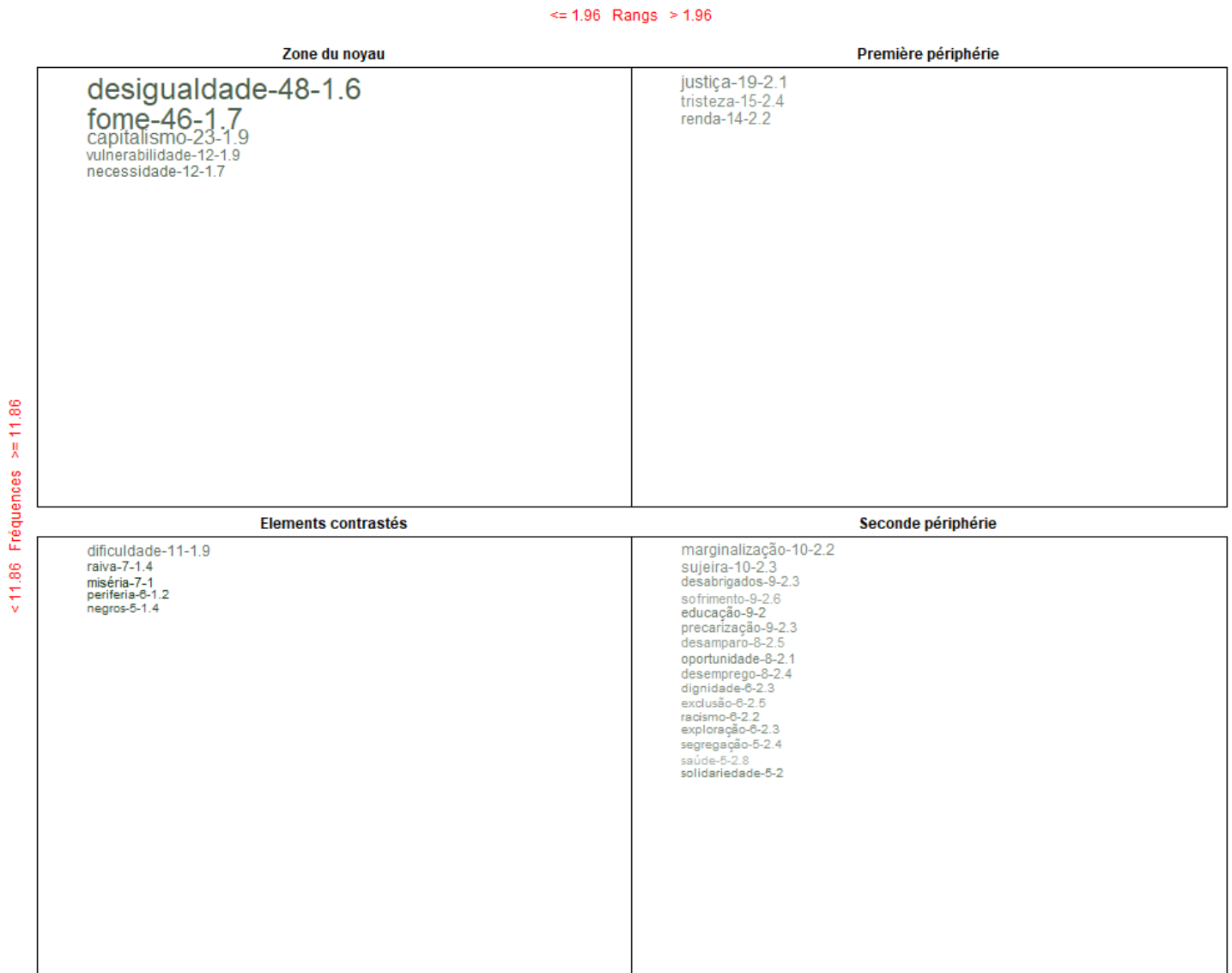
Na zona de contraste, identificam-se as palavras “miséria (13-1.7)”, “renda (12-1.8)”, “raiva” (8-1.0); “periferia” (8-1.0); “político” (8-1.3); “sujeira” (6-1.8), “capitalismo” (5-1.6) e “mal vestida” (5-1.8).

Na primeira periferia, encontram-se as palavras “necessidade” (16-2.1) e “desamparo” (15-2.1), “dificuldade” (14-2.1) “tristeza” (14-2.3) e “solidariedade” (14-2.4).

Na segunda periferia, destacam-se as palavras “educação” (13-2.0) ; “desemprego” (12-2.4); “dignidade” (12-2.3) ; “exclusão” (11-2.0) ; “desabrigados” (11-2.5); “oportunidade” (10-2.3) ; “sofrimento” (9-2.2) ; “Vulnerabilidade” (8-2.0) ; “batalhadores” (7-2.1); “precarização” (5-2.2).

Figura 3

Análise Prototípica II - Grupo que não possui religião



Descrição dos quadrantes da Figura 3

No núcleo central, encontram-se as palavras mais predominantes: “desigualdade” (48-1.6), “fome” (46-1.7), “capitalismo” (23-1.9), “vulnerabilidade” (12-1.9) e “necessidade” (12-1.7)

Na zona de contraste, “dificuldade” (11-1.9), “raiva” (7-1.4), “periferia” (7- 1.0) e “negros” (5-1.4).

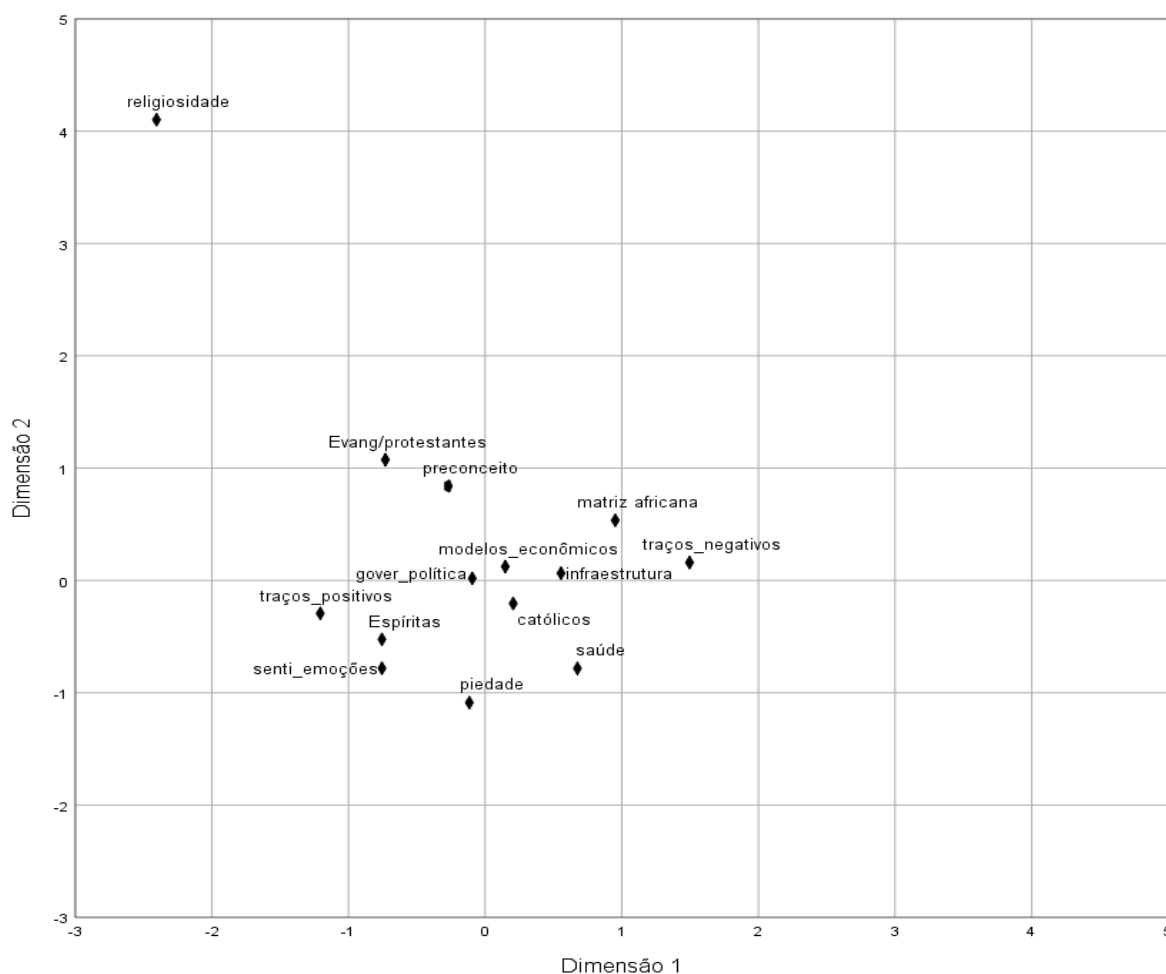
Na primeira periferia, os termos “justiça” (19-2.1), “tristeza” (15-2.4) e “renda” (14-2.2).

Na segunda periferia, “marginalização” (10-2.2) e “racismo” , “sujeira” (10-2.3); “educação” (9- 2.0) ; “exploração” (6-2.5) ; “desabrigados” (9 -2.3) ; “precarização” (9-2.3); “dignidade” (6-2.3); “exclusão” (6-2.5) ; “solidariedade” (5-2.0).

Para complementar as análises das representações sociais dos pobres, foram realizadas, no software SPSS, análises de correspondência (AC), a fim de visualizar em um gráfico bidimensional as relações entre as categorias de variáveis qualitativas. No presente estudo, a AC foi utilizada para explorar como diferentes grupos religiosos representam a pobreza, com base nas palavras evocadas em resposta à pergunta norteadora: “Quais são as primeiras 3 palavras que vêm à sua mente quando você pensa em pessoas pobres?”, quais foram posteriormente categorizadas tematicamente. Foi inserida a variável “se sim, qual a sua religião?” e as respostas da primeira ordem de evocação, conforme Figuras 2 e 3 logo abaixo do parágrafo. Essa análise permitiu verificar se há padrões específicos de associação entre determinados grupos religiosos e representações do pobre, tais como moralização da condição de pobreza, interpretações estruturais e sociais, ou ainda associações com empatia, sofrimento e espiritualidade. Ressalta-se que diferente das demais análises, na Análise de correspondência, não foi possível inserir a variável “*Possui religião (Sim/Não)?*”, pelo fato de que a mesma apenas possui duas respostas, ou seja duas categorias, se tornando inviável para o software SPSS gerar as duas dimensões e *biplot* (gráfico) precisos para a análises.

Figura 4

Análise de Correspondência das representações sociais de “pobre” - Mapa 1



Verifica-se que os pontos no gráficos compõem as variáveis de religião e categorias de evocações. No espaço bidimensional, é possível visualizar ao nível de proximidade espacial entre esses pontos o que indica a associação representacional, ou seja, maior ou menor frequência relativa da categoria aos grupos religiosos. Além dessa interpretação, atenta-se também aos escores e contribuições presentes na tabela de saída no software.

Na dimensão 1, explica a maior parte da variância associada às categorias e opõe, principalmente, os polos de atribuições negativas e estruturais da pobreza (como “traços negativos”, “infraestrutura” e “modelos econômicos”) a dimensões mais emocionais ou valorativas, como “sentimentos/emoções”, “traços positivos” e “religiosidade”. A categoria “religiosidade”, por exemplo, apresenta um escore muito negativo nessa dimensão, enquanto “traços negativos” se posiciona no polo positivo.² Isso indica que essa dimensão pode ser interpretada como um continuum que vai de uma visão moral/espiritual da pobreza a uma perspectiva mais crítica e estrutural. Os dados sugerem que essa dimensão

² Valores que indicam relação de oposição nas coordenadas do Eixo 1. A categoria “religiosidade” (negativo) se opõe a “infraestrutura” e “traços negativos” (positivos).

está associada ao confronto entre a positividade moral e espiritual atribuída à pobreza e visões negativas ou materializadas dessa condição, tendo como categorias mais significativas: “traços negativos” (35,1%), “religiosidade” (27,4%), e “traços positivos” (19%).

Na dimensão 2, a variância total é marcada pela oposição entre a categoria “religiosidade”, que apresenta um escore muito alto, e categorias como “sentimentos/emoções” e “saúde”, que se encontram no polo oposto.³ Essa distribuição sugere que a religiosidade pode estar como uma representação distinta e central para parte dos participantes, à medida que outras categorias se distribuem em um eixo emocional mais genérico. As categorias mais relevantes foram: “religiosidade”, “sentimentos/emoções” e “saúde”.

O posicionamento das 4 categorias de religiosidade na tabela da análise nos revelou os seguintes resultados:

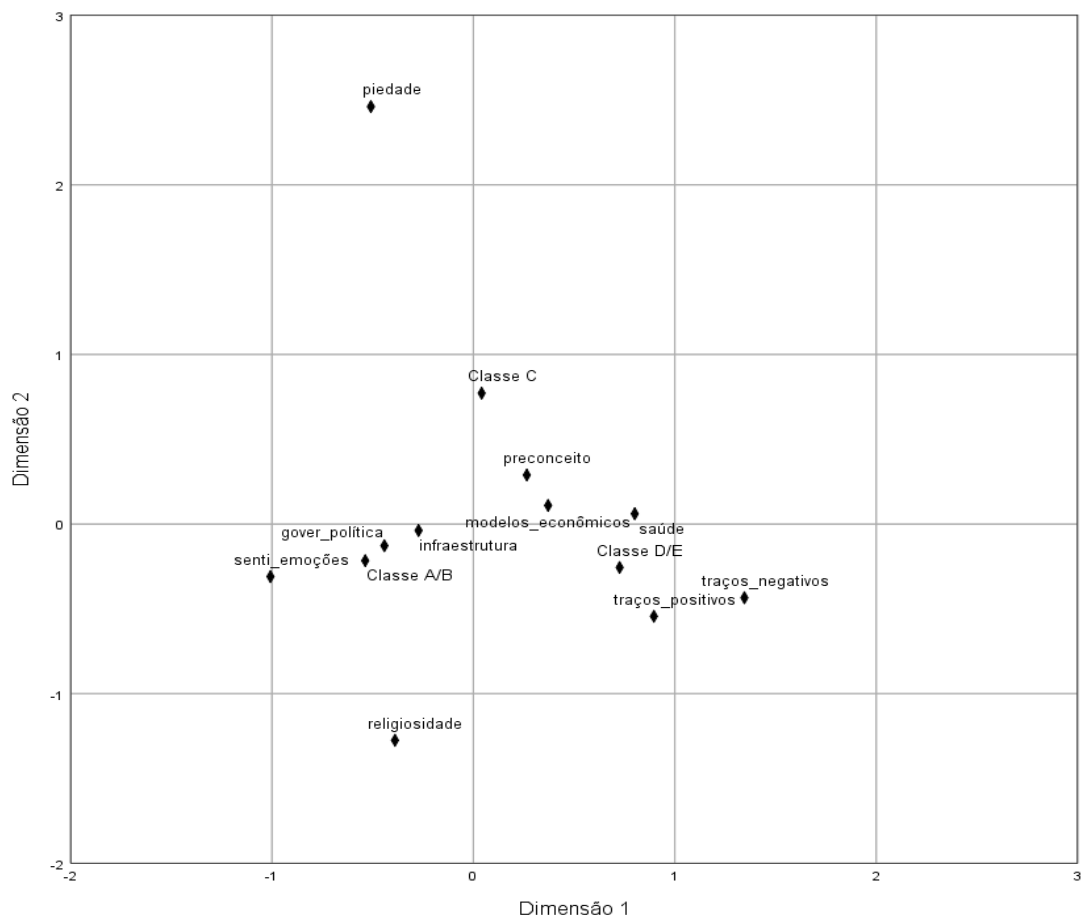
Católicos: aparecem torno das categorias “infraestrutura”, “modelos econômicos” e “saúde”, o que nos sugere uma visão mais estruturante e de direitos sociais; *Protestantes*: aparecem próximos da categoria “preconceito”, o que pode indicar uma percepção de que a pessoa pobre é alvo de preconceito na sociedade por sua condição; *Espíritas*: aparecem mais próximos de “traços positivos”, “sentimento/emoções” e “piedade”, o que sugere uma representação do pobre mais afetiva e moralizada da pobreza, podendo ser influenciada por valores como empatia, caridade e compaixão presentes na doutrina; *RMA*: aparecem mais próximas de “traços negativos”, sugerindo uma associação entre pessoa pobre e características negativas, o que pode refletir tanto estereótipos sociais quanto a própria vivência histórica de exclusão e vulnerabilidade de seus praticantes participantes vinculados às religiões de matriz africana.

Conforme ilustra a *Figura 3*, os resultados encontrados indicam que os pontos no gráfico compõem as variáveis de renda familiar mensal (classe A/B, C, D/E) e categorias de evocações. Ressalta-se que houve uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis de acordo com o teste Qui-quadrado $\chi^2(18) = 34,54$, $p = .011$.

Figura 5

Análise de Correspondência das representações sociais de “pobre” - Mapa 2

³ Valores que indicam relação de oposição nas coordenadas do Eixo 2. As categorias “saúde” e “sentimentos/emoções” (negativos) se encontram em polos distintos em relação à categoria “religiosidade”.



Na dimensão 1, explica a maior parte da inércia (73.3%), este eixo principal de diferenciação parece contrastar evocações com aspectos mais negativos e relacionados à saúde (localizadas no lado positivo do eixo, com “traços negativos” e “saúde” apresentando escores positivos consideráveis) com evocações que estão associadas a aspectos mais estruturais (“infraestrutura”, “governança política”), emocionais (“sentimento/emoções”) e à religiosidade (“religiosidade”, “piedade”), que se situam no lado negativo desse eixo.

Já na dimensão 2, explica 26.7% da inércia. Esse eixo faz destaque ao contraste onde a evocação de “religiosidade” se posiciona em um polo negativo, enquanto evocações como “traços positivos” e “modelos econômicos” se encontram no polo positivo. “Preconceito”, “saúde”, “infraestrutura” e “governança e política” apresentam escores mais próximos de zero nesta dimensão, sugerindo uma menor contribuição para essa diferenciação específica.

O posicionamento das 3 categorias de renda familiar mensal (classe A/B, C, D/E) na tabela da análise nos revelou os seguintes resultados:

Classe A/B: se aproxima de “infraestrutura”, “governança e política” e “sentimentos/emoções”, o que nos sugere que questões mais estruturais são associações mais críticas ao modelo econômico, governo e instituições públicas pela conhecimento e percepção política; *Classe C*: aparece próxima de “preconceito” na tabela, porém é a única classe que se aproxima mais da categoria “piedade” que se encontra isolada, sugerindo que esse grupo pode evocar mais esse sentimento em detrimento das demais. O posicionamento da classe entre essas categorias indica uma ambiguidade; *Classe D/E*: está próxima de “traços negativos”, “traços positivos” e “saúde”, o que nos sugere que essas evocações são mais comuns entre pessoas que possuem essa faixa de renda. Pode indicar, também, uma representação mais próxima da experiência vivida. Nota-se que a categoria “*Religiosidade*” se encontra na tabela em uma posição muito distante das classes, indicando que não há associação dessa categoria a uma faixa de renda específica.

5 Discussão

O objetivo deste trabalho foi investigar as representações sociais construídas sobre os pobres por pessoas de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo); bem como, analisar a relação da renda mensal familiar nas representações sociais dos pobres. Embora as análises não apontem para uma influência direta da adesão religiosa, os achados revelam que cada religião parece estruturar uma forma particular de perceber e representar a pessoa pobre e o fenômeno da pobreza, possivelmente ancorada em seus próprios simbolismos, história e doutrinas (Hunt, 2002). Assim, compreende-se que a religião atua como um sistema simbólico que fornece esquemas interpretativos, que interagem com outros fatores, como classe social, escolaridade e posição político-ideológica.

Essa influência foi perceptível, ainda que sutilmente, ao analisarmos o conteúdo das representações sociais dos grupos de pessoas religiosas e não religiosas através das análises protópicas. Em ambos os grupos, percebe-se que existem preocupações centrais em suas representações dos pobres, como “desigualdade” e “fome”, assim são elementos inegociáveis e consensuais para eles. O que nos sugere que, independentemente da filiação religiosa, o pobre é lembrado pela falta de recursos básicos e pelas desigualdades sociais (Sen, 2000; Soares, 2009).

Entre as principais diferenças, destaca-se a presença do termo “capitalismo” para o grupo não religioso, indicando que a pobreza é ancorada em uma leitura crítica do sistema econômico como causa estrutural da desigualdade. A representação é, portanto, de um

conflito sistêmico, onde o pobre é vítima do sistema capitalista, construído e mantido por uma lógica de exploração. Outra diferença importante a destacar é a presença de termos “negros”, “marginalização”, “racismo” para as respostas do grupo de pessoas não religiosas. Destaca-se também, que no grupo de religiosos, há a presença de termos como “mal vestida” e “sujeira”, o que nos possibilita identificar a presença que reforçam estereótipos de aparência Goffman (2008).

Nas análises de correspondência há nuances significativas nas representações dos pobres entre os 4 grupos religiosos de maior frequência entre as respostas dos participantes. Enquanto os católicos tendem a associar a pobreza a fatores estruturais e à garantia de direitos sociais, os Espíritas apresentaram uma inclinação para compreensões mais moralizadas e afetivas. A religiosidade emerge como um eixo central de representação, por vezes em contraste com percepções negativas ou focadas em vulnerabilidades. A identificação de praticantes de religiões de Matriz Africana com “traços negativos” conversa com que nos diz a literatura nos estudos de Freire e Gonzaga (2020)

Enquanto a representação por classe social, no caso das classes A/B, que compõem 44,6% dos participantes da pesquisa, fizeram associações a “infraestrutura e governança”. O acesso a informações sobre economia e política, a menor experiência direta com a privação. Considerando ainda que tiveram acesso à educação, possui pós-graduação, nos sugere uma visão mais sistêmica e até mesmo crítica de aspectos econômicos. Esse achado corrobora a pesquisa de Bessa e Fermiano (2021), também identificou uma associação entre maior escolaridade e uma compreensão estrutural e crítica da desigualdade social.

Outro achado relevante diz respeito às diferenças por classe social. Entre participantes das classes A/B, houve maior associação a termos como “infraestrutura” e “governança”, sugerindo uma leitura mais sistêmica, possivelmente favorecida pelo acesso à educação e ao capital cultural. Entre participantes da classe C, destacou-se o termo “preconceito”, o que pode indicar consciência das barreiras sociais e da mobilidade. Já entre participantes da classe D/E, a presença simultânea de “saúde” e de traços negativos sugere tanto uma vivência direta das privações quanto a internalização de estereótipos negativos (Lister, 2005). Essa coexistência de representações negativas e positivas pode ser interpretada como um processo de resistência ao estigma internalizado (Moura Jr. et al., 2014).

Em síntese, as análises revelam que as representações sociais da pobreza são organizadas em torno de consensos, como a fome e desigualdades, mas que a filiação

religiosa e a classe social modulam conteúdos e ênfases. A religião, ao fornecer sistemas simbólicos, pode ancorar a pobreza em valores morais de solidariedade e justiça (Beyers, 2014), e o não pertencimento a uma religião estaria por ‘favorecer’ uma ancoragem mais política e estrutural. Contudo, em ambos os casos, permanecem ambivalências e estereótipos que reproduzem desigualdades. Esses achados reforçam o caráter polissêmico das representações sociais (Moscovici, 2003; Abric, 1994) e apontam para a necessidade de considerar tanto a religião quanto os marcadores de classe na compreensão das formas como a sociedade percebe a pobreza.

A partir dessas análises, pontua-se que os religiosos ancoram suas representações em fome–desigualdade–justiça, e os não religiosos se organizam em torno de desigualdade–fome–capitalismo, trazendo em suas evocações nas zonas do núcleo central e de contraste, associações ao recorte racial e ao sistema econômico. Um grupo aponta para uma interpretação sistêmica e econômica, e o outro para uma interpretação de viés ético e moral. Contudo, os resultados dos conteúdos das representações sociais dos pobres para cada grupo revelam uma ambivalência. Pois, ainda que reconheçam a pobreza a partir de elementos estruturantes do fenômeno, existe a presença e reforço de estereótipos e preconceitos, inclusive em sua forma benevolente em consonância com a noção de classismo ambivalente (Jordan et al., 2020; Kay & Jost, 2003).

Investigar como se dá as interações entre esses fenômenos nos permite entender como as religiões podem justificar as desigualdades sociais. Além disso, contribui para a elaboração de programas e políticas públicas que atendam de maneira sensível e eficaz às necessidades de grupos marginalizados. Depois de discutir os resultados das análises, passamos agora às considerações finais deste trabalho, nas quais serão sintetizadas as principais contribuições, limitações e implicações dos achados.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como principal objetivo investigar as representações sociais construídas sobre os pobres por pessoas de diferentes religiões no Brasil (catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana e espiritismo). A partir do estudo, foi possível articular dados encontrados na literatura que abordam a relação entre religião e pobreza e conhecer representações dos pobres a partir da visão de diferentes religiões, que oferecem um conjunto sistemático de valores, crenças e simbolismos próprios para

interpretar o fenômeno da pobreza, embora as diferenças entre as quatro religiões analisadas tenham se mostrado pouco nítidas.

A análise do segundo objetivo desta pesquisa, que versou sobre a influência da renda mensal familiar, revelou que o perfil socioeconômico dos participantes influenciou de forma significativa a maneira de representar a pobreza. Nesse sentido, os meios de interpretação fornecidos pelas religiões se articulam de diversas formas às experiências e perspectivas moldadas pela classe social.

Os resultados desta pesquisa demonstram que, embora as análises não apontem para uma influência direta da adesão religiosa, os achados revelam que cada religião estrutura uma forma particular de perceber e representar a pessoa pobre e o fenômeno da pobreza, atuando como um sistema simbólico cujos esquemas interpretativos interagem com fatores como classe social e posição político-ideológica. A investigação identificou um núcleo consensual entre o grupo de religiosos e não religiosos, tendo as palavras “fome” e “desigualdade” como elementos centrais da representação social sobre os pobres. Os resultados revelam uma ambivalência fundamental: mesmo diante do reconhecimento desses elementos estruturantes, persiste a presença e o reforço de estereótipos e preconceitos.

Os resultados desta dissertação apontam implicações para a sociedade, a Psicologia Social e demais áreas que discutem esses fenômenos. A partir dos dados, elenco algumas frentes de reflexão:

I) As pesquisas em Psicologia Social podem avançar na discussão acerca das representações sociais dos pobres e religião;

II) A presença de discursos sobre a pobreza atravessados por valores morais, espirituais e meritocráticos reforça a importância de análises críticas sobre como os saberes religiosos naturalizam desigualdades sociais;

III) Os achados oferecem subsídios para que pesquisadores, educadores, movimentos sociais e lideranças religiosas reflitam sobre os discursos, práticas e políticas inclusivas.

O estudo evidencia uma carência de pesquisas que articulem os fenômenos representações sociais e religião aos pobres. Destaca-se também, que há uma predominância de produções acadêmicas, quanto de conteúdo religioso do cristianismo que mencionam a pobreza dentro dessa vertente. Isso pode estar ligado à maior presença histórica e social dessa tradição no Brasil, o que faz com que seus discursos sobre os pobres apareçam com mais frequência na literatura. Por outro lado, há poucos estudos que

ofereçam uma discussão evidente sobre o fenômeno em religiões não cristãs, como as de Matriz Africana, como pudemos ver. Essa ausência revela um campo ainda pouco explorado pela Psicologia Social brasileira, indicando a necessidade de avançar na compreensão das formas como diferentes tradições religiosas constroem sentidos sobre os pobres.

Além dessas lacunas na literatura, ressalta-se limitações específicas do estudo, como o perfil da amostra, marcado pela predominância de mulheres, autodeclaradas brancas, de classe média/alta e alta escolaridade que pode ter influenciado os resultados, restringindo a diversidade de experiências e percepções sobre a pobreza. A ausência ou a baixa representatividade de algumas religiões em estudos, dificultou comparações mais robustas.

Considerando que a amostra deste estudo não contemplou participantes vinculados a igrejas neopentecostais, ressalta-se a importância dessa vertente religiosa para a discussão das representações sociais dos pobres, especialmente em relação à Teologia da Prosperidade (TP). A TP realça a transferência de riquezas do mundo espiritual para o plano material, onde a salvação divina se manifesta através da prosperidade econômica, abordando a pobreza como responsabilidade do indivíduo.

A partir disso, sugere-se que estudos futuros com amostras representativas de neopentecostais possam aprofundar as representações sociais dos pobres, evidenciando uma possível inclinação para a responsabilidade individual, aspectos morais e fatalistas, assim como a influência de forças espirituais negativas para explicar a pobreza. Essa investigação poderia contribuir para ampliar o conhecimento sobre as representações sociais da pobreza em contextos religiosos pouco explorados, e para identificar contrastes com as tendências mais estruturais ou moralizantes observadas em outros grupos religiosos e não religiosos da amostra.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994a). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric (Org.), *Pratiques Sociales et Représentations* (pp. 11-36). Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1994b). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (Org.), *Structures et transformation* (pp. 21-38). Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). AB.
- Abric, J. C. (2003a). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos & M. C. da S. Loureiro (Eds.), *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 37-57). UCG.
- Abric, J. C. (2003b). Métodos de estudo das representações sociais. Erès.
- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536–546. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, N. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper.
- Alencar, F. L. (2018). *História da Igreja no Brasil*. Editora Intersaberes.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.

- Almeida, R. de. (2012). Dossiê: Religião e desigualdade urbana. Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares, 13(1).
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/4608>
- Allport, G. W. (1961). Pattern and growth in personality. Holt, Rinehart & Winston.
- Allport, G. W. (1962). The general and the unique in psychological science. Journal of Personality, 30(3), 405–422. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1962.tb02313.x>
- Amar, J., Abello, R., Tirado, D., & Madariaga, C. (2001). La construcción de representaciones sociales acerca de la pobreza y desigualdad social en los niños de la región Caribe Colombiana. Investigación y Desarrollo, 9(2), 592–613.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2015). Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. ABEP.
- Barbosa Júnior, A. (2013). O livro essencial de Umbanda. Editora Pensamento.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Bastianini e Souza, F. H., & Souza, M. A. (2012). A distinção platônica entre mundo sensível e mundo das ideias. Revista Jurídica da Universidade de Franca, 14(22), 6-14.
- Bessa, S., & Fermiano, M. B. (2021). Representações de pobreza e desigualdade social entre estudantes do ensino médio. Debates Em Educação, 13(Esp2), 598–622.
<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p598-622>
- Beyers, J. (2014). The effect of religion on poverty. HTS Theologiese Studies/Theological Studies, 70(1), Artigo 2614.
<https://doi.org/10.4102/hts.v70i1.2614>
- Bezerra, M. D., & Tolovi, C. A. (2015). Espiritismo e literatura o universo religioso espírita em Grande Sertão: Veredas. Anais dos Simpósios da ABHR, 14.

Bradshaw, J. (1987). Budget standards for the United Kingdom. Avebury.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Briskievicz, D. A. (2021). Entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fé e o império: o padroado real e a colonização brasileira a partir das minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1721. *Caminhos da História*, 26(2), 153-173.

Cabral, F. J. G. (2019). Sonhar e morrer por Dom Sebastião: História e cotidiano dos trabalhadores pobres e rebeldes do Rodeador (Pernambuco – 1820). In E. Castro (Org.), *A história da pobreza* (pp. 11-32). Editora Vozes.

Camargo, B. V. (2015). Serge Moscovici (14/06/1925-16/11/2014): um percurso inovador na psicologia social. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 28, 240-245.

Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software Gratuito para Análise de Dados Textuais. Universidade Federal de Santa Catarina.

Camurça, M. A. (2016). Entre o carma e a cura: tensão constitutiva do Espiritismo no Brasil. *PLURA Revista de Estudos de Religião/Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR*, 7(1), 230-251.

Castro, J. (2019). *A história da pobreza*. Editora Vozes.

Cavaler, C., Mezari Vitali, M., Landro, M., Quadros, L. F., Castro, A., & Soratto, J. (2020). Representações sociais de “pobreza” e “bolsa família” para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. *Barbarói*, 57, 119-140. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14975>

- Codes, A. L. M. D. (2008). A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: Em direção a uma visão complexa. IPEA.
- Davis, A. (2016). Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (2019). Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023 (Documentos da CNBB, 109). Edições CNBB.
- Cortina, A. (2020). Aporofobia: A aversão ao pobre, um desafio para a democracia (D. Febre, Trad.). Contracorrente.
- Christillino, C. L. (2015). O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In Trabalho e trabalhadores no Nordeste: Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. EDUEPB.
<https://www.academicoo.com/artigo/o-homem-livre-e-pobre-no-brasil-oitocentista>
- de Abrantes, R. M., & Júnior, A. J. P. (2018). Autonomia institucional da Igreja Católica e a ingerência indevida do Estado Brasileiro por eventuais ilícitos canônicos. Análise do caso de Formosa-GO, à luz do Tratado Brasil-Santa Sé de 2010. Revista de Direito Internacional, 15(2), 422-438.
- da Costa, L. C. (2013). Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In J. R. de C. Souza (Org.), A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político (pp. 43-62). Editora da UFRGS.
- da Rocha, J. G. (2011). A intolerância religiosa e religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. Revista África e Africanidades, 4(14), 1-15.
- de Castro, J. L. (2006). A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás, 1726-1824. Editora da UCG.

- da Maia Pawlowytsch, P. W., & Shmidt, J. (2017). Representações sociais da pobreza para adolescentes de um município do interior do estado de Santa Catarina. *Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar*, 6(2), 16-27.
- de Oliveira, D. M., Damasceno, L. M., Portela, L. L. M. R. V., & de Oliveira, R. P. N. (2021). Religião e poder estatal no Brasil: da Colônia à República. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, 12(2), 241-258.
- de Sousa, K. N., & de Souza, P. C. (2021). Representação social: Uma revisão teórica da abordagem. *Research, Society and Development*, 10(6), e38610615881.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15881>
- Dias, T. S., & Ferreira, A. V. (2022). Hospitalidade e representações sociais de pobreza: práticas educativas em uma escola pública em São Gonçalo-RJ. *Humanidades & Inovação*, 9(12), 158-173.
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Dorey, P. (2010). A poverty of imagination: Blaming the poor for inequality. *The Political Quarterly*, 81(3), 333-343.
- Dos Santos, D. D. R. (2023, novembro). Do estigma da pobreza à aporofobia: o desprezo aos pobres no desenvolvimento do pensamento econômico [Apresentação de trabalho]. X Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.
- Duckitt, J. H. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American psychologist*, 47(10), 1182.
- Durkheim, É. (1987). *As regras do método sociológico*. Martins Fontes.

- Durkheim, É. (2010). *As formas elementares da vida religiosa* (F. Tomaz, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1912).
- Durkheim, E. (1970). *Sociologia e filosofia*. Forense. (Trabalho original publicado em 1898).
- Emmerick, R. (2010). As relações Igreja/Estado no direito constitucional brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 5, 144-172.
- Fausto, B. (2010). *História do Brasil*. Ed. Fundação Getulio Vargas.
- Federação Espírita Brasileira. (2002). *Estudo aprofundado da doutrina espírita: Livro II - Ensinos e parábolas de Jesus: Parte I* (6ª ed.). FEB.
- Federação Espírita Brasileira. (2002). *Estudo aprofundado da doutrina espírita: Livro III - Ensinos e parábolas de Jesus: Parte II* (6ª ed.). FEB.
- Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2018). Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 18(1), 30–49. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38108>
- Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: Reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 367–383. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>
- Field, A. (2009). *Descobrimos a estatística usando o SPSS-5*. Penso Editora.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C., & Glick, P. (1999). (Dis) respecting versus (dis) liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55(3), 473-489.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived

status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902.

Flament, C., & Rouquette, M.-L. (2003). Anatomia das ideias comuns. Como estudar representações sociais. Armand Colin.

Franco, R. J. (2014). O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos* (Rio De Janeiro), 27(53), 5–25. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000100001>

Freire, P., & Gonzaga, M. A. (2020). Representações sociais de praticantes de religião de matriz africana sobre a laicidade: um estudo de caso sobre identidades e decolonialidade. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 7(2), 157-187.

Freston, P. (1999). Neo-Pentecostalism in Brazil: Problems of definition and the struggle for hegemony. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 44(1), 95-115. <https://doi.org/10.3406/assr.1999.2635>

Gabatz, C. (2013). Manifestações religiosas contemporâneas: os desafios e as implicações da teologia da prosperidade no Brasil. *Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, 12(1).

Garrard-Burnett, V. (2011). A vida abundante: A teologia da prosperidade na América Latina. *História: Questões & Debates*, 55(2). <https://doi.org/10.5380/his.v55i2.26546>

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). Editora Atlas SA.

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>

- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American Psychologist*, 56(2), 109–118. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109>
- Goffman, E. (1980). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice-Hall.
- Goffman, E. (2008). *Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.
- Hunt, M. O. (2002). Religion, race/ethnicity, and beliefs about poverty. *Social Science Quarterly*, 83(3), 810-831.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1991). Censo demográfico 1991: Resultados preliminares. <https://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). Censo demográfico 2022: Resultados preliminares. <https://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaborado pelo CEDRA. <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/rendimento-medio-r-domiciliar-per-capit-a-dos-domicilios-ocupados-formados-por-moradores-todos-negros-moradores-nhum-negro-e-moradores-mistos-negros-e-nao-negros-por-sexo-e-raca-cor-do-responsa/#/tabela>
- Jardim, L. E. F. (2016). A ditadura militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: um estudo de depoimentos. *Revista de História*, 25(1), 45-67.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Eduerj.
- Jordan, J. A., Lawler, J. R., & Bosson, J. K. (2020). Ambivalent classism: The importance of assessing hostile and benevolent ideologies about poor people.

Basic and Applied Social Psychology, 43(1), 46–67.

<https://doi.org/10.1080/01973533.2020.1828084>

Kardec, A. (1859). O que é o espiritismo? Didier & Cia.

Kay, A. C., & Jost, J. T. (2003). Complementary justice: Effects of "poor but happy" and "rich but sad" stereotype exemplars on system justification and the role of the compensatory stereotype in legitimating inequality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(5), 723–737.

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.5.723>

Koenig, H. G., King, D. E., & Carson, V. B. (2012). *Handbook of religion and health* (2nd ed.). Oxford University Press.

Legroux, J. (2023). Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). *Terra Livre*, 2(59), 45-78.

Lima, M. E. O. (2020). *A psicologia social do preconceito e do racismo*. Editora Buchler.

Lima, M. E. O. (2023). Preconceito. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 405–444). Blucher.

<https://doi.org/10.5151/9786555502046-12>

Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2004). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas*. EDUFBA.

Lippmann, W. (2008). *Public opinion*. Harcourt. (Trabalho original publicado em 1922)

Lister, R. (2005). *Poverty and social justice: recognition and respect*. Bevan Foundation.

Liu, W. (2001). Expanding our understanding of multiculturalism: Developing a social class worldview model. In M. R. Jones (Ed.), *The intersection of race, class, and gender in counseling psychology* (pp. 127–170). Sage.

- Lott, B. (2002). Cognitive and behavioral distancing from the poor. *American Psychologist*, 57(2), 100-110. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.57.2.100>
- Maciel, C., Brito, S., & Camino, L. (1998). Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia & Sociedade*, 11(2), 209-232.
- Mariano, R. (1999). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Edições Loyola.
- Mariz, C. (1992). Religião e pobreza no Brasil: Uma comparação de comunidades católicas e pentecostais. *Sociology of Religion*, 53(1), 45-62. <https://doi.org/10.2307/3711251>
- McGrath, A. E. (2021). *A revolução protestante: uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os dias de hoje*. Editora Palavra.
- Mendonça, A. P., & Lima, M. E. O. (2015). Representações sociais e cognição social. *Psicologia E Saber Social*, 3(2), 191–206. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.14470>
- Milani, M. L., & da Maia Pawlowytsch, P. W. (2019). Representações Sociais e Pobreza no Planalto Norte Catarinense: Voz das Beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Desenvolvimento em Questão*, 17(46), 258-280.
- Modes, J. V. (2016). O protestantismo em sua primeira matriz: Uma breve retrospectiva histórica do luteranismo. *Revista Batista Pioneira*, 5(1), 45-62.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1961)
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Ed. Vozes.

- Moura Júnior, J. F., Cidade, E. C., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). *Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial*. Expressão Gráfica e Editora.
- Negrão, L. N. (1993). Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. *Tempo Social*, 5(1-2), 113-122.
- Oliveira, F. O., & Werba, G. C. (2003). Representações sociais. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. S. Ferreira, & F. O. Oliveira (Eds.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (8ª ed., pp. 104-117). Vozes.
- Paiva, L. F. S. (2007). Contingências da violência em um território estigmatizado [Apresentação de trabalho]. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza.
- Parés, L. N. (2018). *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Editora da UNICAMP.
- Pena, A. A. P., & Zientarski, C. (2022). Cristianismo de libertação, teologia da prosperidade e as perspectivas da luta de classes no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270001. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270023>
- Pereira, E. (2023). Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 76, 147–173. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p147-173>
- Pereira, M. E., & Dantas, G. S. (2023). Cognição social. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 121–170). Blucher.
- Piachaud, D. (1987). Problems in the Definition and Measurement of Poverty. *Journal of Social Policy*, 16(2), 147–164. <https://doi.org/10.1017/S0047279400020353>
- Pinto, D. S. (2017). Representações sociais da pobreza na religiosidade pentecostal. *Revista Observatório da Religião*, 4(1), 3–25.

- Pinto, Ê. B. (2009). Espiritualidade e Religiosidade: Articulações. REVER: Revista de Estudos da Religião, 9(1), 1-15.
- Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Software de computador]. <http://www.iramuteq.org>
- Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. Psicologia: ciência e profissão, 34(1), 46-65.
- Rogers, M., & Konieczny, M. E. (2018). A religião sempre ajuda os pobres? Variações na religião e classe social no ocidente e sociedades no sul global. Palgrave Communications, 4, 73. <https://doi.org/10.1057/s41599-018-0135-3>
- Sanglard, G., & Claper, J. R. (2021). Pretos e pardos nas instituições de assistência à saúde no Rio de Janeiro (1850–1919): Um estudo sobre o louco-pobre. Tempo, 27(2), 445–466.
- Seidl, E. (2013). Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In L. M. P. de Souza (Ed.), As ciências sociais e os espaços da política no Brasil (pp. 179-226). Editora da UFRGS.
- Selvatici, M. (2015). História e Arqueologia no estudo da economia da cidade de Jerusalém no século I dC. Classica-Revista Brasileira de Estudos Clássicos, 28(1), 177-192.
- Silva, E. A. da, & Viveiros, K. F. M. de. (2017). Representações sociais de pobreza construídas pelos cursistas da Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social realizada no Rio Grande do Norte: primeiros resultados. Educar em Revista, 33(especial 2), 35–54. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/51389>

- Siqueira, M. D. P. S. (2009). Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 34, 05-15.
- Soares de Oliveira Sobrinho, A. (2013). São Paulo e a ideologia higienista entre o século XIX e XX: A utopia da civilidade. *Sociologias*, 15(32), 298-327.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/38648>
- Sousa, B. D. O. (2011). A teologia da prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: uma abordagem à luz da análise do discurso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 4(11), 221-245.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-178.
- Tajfel, H. (1982). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1983). The social psychology of intergroup relations. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Nelson-Hall.
- Tomaschewski, C. (2014). Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891 [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional PUCRS.
<https://hdl.handle.net/10923/5776>
- Vala, J. (1996). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (2ª ed., pp. 353-384). Calouste Gulbenkian.
- Voigt, L., & Junior, V. L. P. (2019). O “racismo de classe”: representações elitistas sobre os pobres e a pobreza no Brasil. *Mediações*, 24(2), 227-249.

- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379–390.
- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 27(4), 521–526. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400017>
- Will, J., & Cochran, J. (1995). Deus Ajuda Quem se Ajuda?: Os Efeitos da Afiliação Religiosa, Religiosidade e Merecimento na Generosidade para com os Pobres. *Sociology of Religion*, 56(3), 327-338. <https://doi.org/10.2307/3711826>
- Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., Cidade, E. C., & Moura Jr., J. F. (Orgs.). (2016). *Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências*. Expressão Gráfica e Editora.

ANEXOS
ANEXO A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Prezado(a) participante,

Precisamos de sua colaboração neste estudo que tem como objetivo conhecer as opiniões dos brasileiros sobre alguns temas da sociedade.

Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas porque todas representam a sua opinião pessoal sobre o tema abordado.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas.

A sua participação é voluntária e você poderá interrompê-la a qualquer momento.

Desde já agradecemos sua participação!

1) Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua cabeça quando você pensa em pessoas pobres?

2) Agora, por favor, classifique essas palavras em níveis de importância sendo a primeira a mais importante e a terceira a menos importante.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

Na sequência dessa página você lerá diversas afirmações relacionadas a “pessoas pobres” e “pessoas não pobres”. Para elaborar essa pesquisa consideramos pessoas pobres como pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, que podem ou não trabalhar em empregos de baixos salários e que podem ou não receber assistência governamental ou outros serviços sociais. Em contraste, consideramos pessoas não pobres como aquelas que vivem acima da linha da pobreza e não se qualificam para receber benefícios sociais.

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito de pessoas pobres e não pobres, em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Utilizando a escala de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
1. As pessoas pobres frequentemente precisam de supervisão de pessoas não pobres.	1	2	3	4	5	6	7	
2. Sem supervisão, pessoas pobres estão propensas a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	1	2	3	4	5	6	7	
3. As pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	1	2	3	4	5	6	7	
4. Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	1	2	3	4	5	6	7	
5. Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidar de si.	1	2	3	4	5	6	7	
6. As pessoas pobres normalmente são ruins em tomar decisões que os levem ao sucesso na vida.	1	2	3	4	5	6	7	

7. A maioria das pessoas pobres são naturalmente mais preguiçosas do que o restante das pessoas que não são pobres	1	2	3	4	5	6	7
8. As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir.	1	2	3	4	5	6	7
9. Em geral, quando você dá a mão às pessoas pobres, eles querem o braço.	1	2	3	4	5	6	7
10. As pessoas pobres frequentemente esperam demais de outras pessoas e organizações beneficentes.	1	2	3	4	5	6	7
11. As pessoas pobres frequentemente se aproveitam de outras pessoas e organizações beneficentes.	1	2	3	4	5	6	7
12. Muitas pessoas pobres manipulam outros que tentam ajudá-los.	1	2	3	4	5	6	7
13. As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional às pessoas pobres sobre como gerir suas finanças de forma inteligente.	1	2	3	4	5	6	7
14. As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	1	2	3	4	5	6	7
15. As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais inteligente.	1	2	3	4	5	6	7
16. As organizações beneficentes deveriam guiar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	1	2	3	4	5	6	7
17. As pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	1	2	3	4	5	6	7
18. Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis que as pessoas que não são pobres.	1	2	3	4	5	6	7
19. Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres	1	2	3	4	5	6	7
20. As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.	1	2	3	4	5	6	7

Agora, assinale a lista abaixo. Marque em que grupos você pensou como “pessoas pobres” ao responder as perguntas anteriores. Você pode assinalar quantos grupos quiser

Homens.
Mulheres.

Mães Solos.
Pessoas negras.
Pessoas brancas
Pessoas indígenas.
Pessoas com deficiência.
Pessoas com transtornos mentais
Alcoólatras/Usuário de Drogas.
Pessoas em situação de rua.
Pessoas em empregos não qualificados e de baixos salários.
Profissionais do sexo.
Pessoas LGBTQIAP+
Nordestinos
Outros: _____

A seguir, você encontrará uma série de frases. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7

“Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
21. Em empresas, as pessoas que fazem seu trabalho realmente bem ascendem profissionalmente.	1	2	3	4	5	6	7	
22. Na vida, as pessoas são recompensadas com base em suas competências e habilidades.	1	2	3	4	5	6	7	
23. Às vezes, os empregadores ignoram as contribuições individuais dos funcionários e dão bônus aos funcionários que precisam mais do dinheiro.	1	2	3	4	5	6	7	
24. O sucesso é possível para qualquer pessoa que trabalhe duro o suficiente.	1	2	3	4	5	6	7	
25. No geral, o sucesso financeiro das pessoas depende de suas habilidades.	1	2	3	4	5	6	7	
26. Em muitas situações, os empregadores contratam pessoas que conhecem, sem anunciar a vaga a outros candidatos.	1	2	3	4	5	6	7	

27. Qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar duro o suficiente é capaz de encontrar um emprego decente.	1	2	3	4	5	6	7
28. O sucesso financeiro das pessoas depende principalmente de suas habilidades naturais.	1	2	3	4	5	6	7
29. Na maioria das circunstâncias, as organizações oferecem o trabalho ao candidato melhor qualificado.	1	2	3	4	5	6	7
30. Quando um bônus é dado a uma equipe de trabalho por um bom desempenho, o dinheiro geralmente é dividido igualmente entre os membros do grupo.	1	2	3	4	5	6	7
31. Os salários das pessoas são sempre determinados pelo seu esforço e habilidades.	1	2	3	4	5	6	7
32. Pessoas que trabalham realmente duro têm mais oportunidades de crescimento.	1	2	3	4	5	6	7
33. Às vezes, é aceitável que o desempenho de um funcionário seja menor que o ideal.	1	2	3	4	5	6	7

A seguir, você encontrará uma série de frases. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
34. Uma sociedade ideal exige que alguns grupos estejam em posições superiores e outros estejam em posições inferiores na sociedade.	1	2	3	4	5	6	7	
35. Provavelmente é bom que alguns grupos estejam em posições superiores e outros em posições inferiores na sociedade	1	2	3	4	5	6	7	
36. Nenhum grupo deveria ser dominante na sociedade.	1	2	3	4	5	6	7	
37. O princípio de que um grupo deve dominar outro é ruim.	1	2	3	4	5	6	7	
38. Nosso objetivo principal não deveria ser a igualdade entre grupos.	1	2	3	4	5	6	7	
39. É injusto tentar fazer com que os grupos sejam iguais	1	2	3	4	5	6	7	
40. Nosso ideal deveria ser a igualdade entre grupos.	1	2	3	4	5	6	7	

41. Não importa quanto esforço seja necessário, nós devemos nos esforçar para assegurar que todos os grupos tenham as mesmas chances na vida.	1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---	---

Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda com as propostas abaixo. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------------

42. O governo federal deveria garantir uma renda mínima para todas as pessoas que vivem abaixo do nível da pobreza.	1	2	3	4	5	6	7
43. Os benefícios sociais devem ser ajustados todos os anos para acompanhar os aumentos do custo de vida.	1	2	3	4	5	6	7
44. Os benefícios sociais para pessoas pobres deveriam ser completamente eliminados.	1	2	3	4	5	6	7
45. Se uma criança pertencente a uma família que recebe benefícios sociais não frequentar regularmente a escola, os seus benefícios deverão ser cortados.	1	2	3	4	5	6	7
46. As pessoas pobres não deveriam receber benefícios sociais por mais de cinco anos consecutivos.	1	2	3	4	5	6	7
47. As pessoas pobres deveriam ter o direito de receber benefícios sociais pelo tempo que precisarem.	1	2	3	4	5	6	7

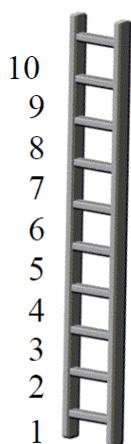
Por favor, indique em que medida você concorda com os itens abaixo. Use a escala que varia de 1 (discordo muito) a 6 (concordo muito) de modo que quanto maior o número maior o seu grau de concordância.

Discordo muito							Concordo muito
	1	2	3	4	5	6	
48. Pensando bem, a nossa sociedade é justa							1 2 3 4 5 6

49. De uma maneira geral, as coisas no Brasil são como devem ser	1	2	3	4	5	6
50. O Brasil é o melhor país do mundo para se viver.	1	2	3	4	5	6
51. A maioria das coisas acontecem por ser o melhor para a sociedade	1	2	3	4	5	6
52. Todo mundo tem as mesmas oportunidades para buscar riqueza e felicidade.	1	2	3	4	5	6
53. A sociedade está organizada para que as pessoas consigam o que merecem.	1	2	3	4	5	6

56. Pense nesta escada como uma representação da posição das pessoas na sociedade. No topo da escala estão as pessoas que estão em melhor situação – aquelas que têm mais dinheiro, mais educação e os melhores empregos. Na base, estão as pessoas que estão em pior situação – que têm menos dinheiro, menos educação e os piores empregos ou nenhum emprego. Quanto mais alto você estiver nesta escada, mais próximo estará das pessoas que estão no topo; quanto mais baixo você estiver, mais próximo estará do fundo.

Onde você se colocaria na escada? Por favor, coloque um grande 'X' no degrau onde você pensa que está



Por favor, escolha a opção abaixo que melhor reflete a situação econômica em que viveu durante a maior parte da sua vida.

☐	Classe baixa (1 - 2)
☐	Classe média baixa (3- 4)
☐	Classe média (5-6)
☐	Classe média alta. (7-8)
☐	Classe alta (9-10)

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você. Por favor, responda algumas perguntas.

Qual é a sua idade?

Qual o seu gênero?

⬇ Masculino.

⬇ Feminino.

⬇ Não-binário.

⬇ Outro. _____

Qual sua etnia?

⬇ Negra.

⬇ Indígena.

⬇ Asiática.

⬇ Caucasiana (Branca).

⬇ Outra. _____

Qual sua cidade e estado (UF)?

Indique na escala, como você percebe a sua classe social em relação as das pessoas de sua cidade.

⬇ Classe Rica

⬇ Classe Média

⬇ Classe Pobre

Indique abaixo o seu posicionamento político

⬇ Extrema esquerda

⬇ Esquerda

⬇ Centro esquerda

⬇ Centro

⬇ Centro direita

- ☐ Direita
- ☐ Extrema direita
- ☐ Não me posiciono

Caso tenha marcado algum posicionamento, em que medida adotar essa posição política é importante para você?

- ☐ Totalmente importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Moderadamente importante
- ☐ Medianamente importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Ligeiramente importante
- ☐ Totalmente sem importância

Você possui religião?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, qual sua religião?

Caso tenha marcado alguma religião, em que medida pertencer a essa religião é importante para você?

- ☐ Totalmente importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Moderadamente importante
- ☐ Medianamente importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Ligeiramente importante
- ☐ Totalmente sem importância

Com que frequência você vai a reuniões da sua religião?

- ⬇ 1 vez por semana
- ⬇ 2 vezes por semana
- ⬇ 3 vezes por semana
- ⬇ 4 vezes por semana ou mais
- ⬇ 1 vez por mês
- ⬇ A cada 2 meses ou mais

Qual seu grau de escolaridade?

- ⬇ Ensino fundamental incompleto
- ⬇ Ensino fundamental completo
- ⬇ Ensino médio incompleto
- ⬇ Ensino médio completo
- ⬇ Ensino superior incompleto
- ⬇ Ensino superior completo
- ⬇ Pós-graduação

Qual a sua renda mensal?

- ⬇ Não tenho nenhuma renda mensal
- ⬇ Menos do que 1 salário-mínimo
- ⬇ 1 salário-mínimo
- ⬇ De 1,5 até 3 salários-mínimos
- ⬇ De 3,5 até 6 salários-mínimos
- ⬇ De 6,5 até 9,5 salários-mínimos
- ⬇ De 10 ou mais salários-mínimos

Qual a renda mensal da sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram com você)?

- ⬇ Menos do que 1 salário-mínimo
- ⬇ De 1 salário-mínimo
- ⬇ De 1 até 3 salários-mínimos
- ⬇ De 3,5 até 6 salários-mínimos
- ⬇ De 6,5 até 9,5 salários-mínimos

De 10 ou mais salários-mínimos

Quantas pessoas moram com você?

Você está trabalhando atualmente?

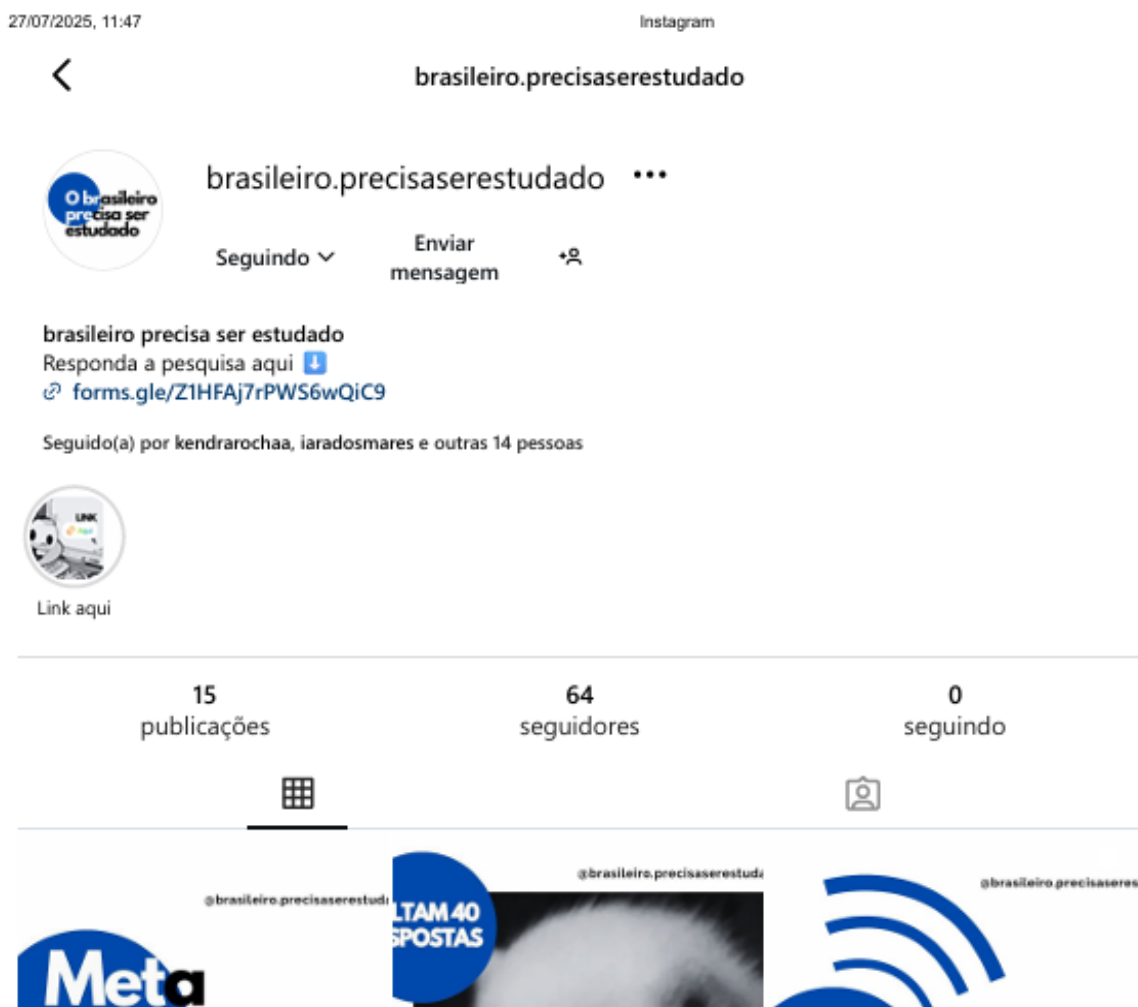
Sim

Não

Se sim, Qual sua profissão?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO B - PÁGINA DE DIVULGAÇÃO NO *INSTAGRAM*



27/07/2025, 11:47

Instagram



https://www.instagram.com/brasileiro.precisaserestudado/

2/3

27/07/2025, 11:47

Instagram

<
sileiro.precisaserestudado

brasileiro.precisaserestudado

O brasileiro
precisa ser
estudado



@brasileiro.precisaserestudado

sileiro.precisaserestudado

asileiro precisa ser estudado!

em vai
recisar
ir a NASA

remos fazer isso aqui!

<https://www.instagram.com/brasileiro.precisaserestudado/>

3/3

ANEXO C- REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISAS EM AMBIENTE VIRTUAL

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O título da pesquisa é “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A POBREZA NO BRASIL: ONDE A APOROFOBIA SE

REVELA?”. O objetivo desta pesquisa é conhecer a representação social de brasileiros sobre a pobreza. O (a) pesquisador(a) responsável por essa pesquisa Iara Andrade de Oliveira, ela é Doutoranda, do Programa Em Pós-Graduação Em Psicologia, da Universidade Federal de Sergipe.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a.

As informações serão obtidas por meio de respostas em um questionário com perguntas abertas. O questionário é online e não será possível identificar seu nome ou e-mail por meio dele.

O tipo de procedimento a ser realizado nessa pesquisa apresenta risco mínimo, uma vez que as questões podem causar incômodos ou constrangimentos ao trazer lembranças de experiências ou pensamentos desagradáveis. Esse risco será reduzido na medida em que o participante poderá não responder qualquer pergunta que venha lhe causar algum incômodo ou interromper a qualquer momento sua participação no estudo. Sua participação pode contribuir para ações e reflexões que possam favorecer mudanças positivas nas concepções acerca das temáticas relacionadas a pobreza, bem como favorecer um espaço de discussão acerca do preconceito contra a pobreza (aporafobia) e estimular a reflexão acerca de propostas que contribuam para a redução da pobreza no Brasil.

Assim, você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar dessa pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade.

Caso você desista de participar da pesquisa, você poderá solicitar a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a exclusão dos dados coletados. Para isso, por favor envie e-mail para iara.andrade.psei@gmail.com, solicitando a exclusão dos seus dados coletados.

Você não receberá pagamentos por ser participante. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão contar para você os resultados da pesquisa quando ela terminar, se você quiser saber.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível para leitura no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Iara Andrade de Oliveira, no telefone (85) 9 8200-9321 e endereço institucional Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon s/n, Bairro Jardim Rosa Elze São Cristóvão – SE - CEP: 49100-000 e e-mail iara.andrade.psi@gmail.com.

Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br

Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Se aceitar fazer parte como participante, você deve salvar e/ou imprimir este documento para o caso de precisar destas informações no futuro.

Consentimento do participante

Ao assinalar a opção “Concordo”, a seguir, você declara que entendeu como é a pesquisa, que tirou as dúvidas com o/a pesquisador/a e aceita participar, sabendo que pode desistir em qualquer momento, durante e depois de participar, caso aponte data e horário em que respondeu a pesquisa, pois não é possível identificar participantes por nome ou e-mail . Você autoriza a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade. Pedimos que salve em meus arquivos este documento, e informamos que enviaremos uma via desse Registro de Consentimento para o meu e-mail.

- Concordo
- Não concordo Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.